

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Capacitação Ocupacional e Desenvolvimento Local Sustentável: A experiência
do Projeto Pé da Serra**

Raquel Appezzato

Dissertação apresentada, para obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Raquel Appezzato
Cirurgião-Dentista

**Capacitação Ocupacional e Desenvolvimento Local Sustentável: A experiência do Projeto
Pé da Serra**

Orientadora:

**Prof^ª. Dr^ª. MARIA ELISA DE PÁDUA EDUARDO
GARAVELLO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em
Ecologia Aplicada

Piracicaba
2006

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Appezzato, Raquel

Capacitação ocupacional e desenvolvimento local sustentável: a experiência do Projeto Pé de Serra / Raquel Appezzato. - - Piracicaba, 2006.
82 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.

1. Comunidade litorânea 2. Desenvolvimento sustentável 3. Ecologia 4. Movimentos sociais 5. Proteção ambiental 6. Socialização I. Título

CDD 333.715

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

À Ziza
(*in memorian*)

Dedico

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ezio e Carmelina, pela oportunidade que me deram para viver esta conquista.

À Prof^a Dra. Maria Elisa de P. E. Garavello, por sua orientação e estímulo na condução deste trabalho.

À CAPES pela bolsa oferecida.

Ao Programa de Pós-Graduação Interunidades ESALQ- CENA que tornou possível a realização desta dissertação.

Aos docentes e demais funcionários da ESALQ e do CENA pela convivência durante esses anos.

Ao Laboratório de Hidrologia da ESALQ, em especial à Dr^a Maria José Brito Zakia, por ter me oferecido a oportunidade de vir a conhecer a comunidade do bairro Pé da Serra.

Aos moradores do bairro Pé da Serra que reforçaram em mim a crença de que as pessoas estão muito acima dos seus problemas.

À Fundação Alavanca, em especial à sua Diretora de Projetos, pela receptividade e respeito com este trabalho acadêmico.

À Edenise, leal companheira de todas as horas, pela compreensão e apoio.

À Sissi e à Karime, eternas amigas, pela acolhida sempre pronta e carinhosa.

Também, a todos os demais amigos queridos, em especial ao Klaus e a Mônica, que se mantiveram perto, principalmente, nos momentos difíceis de mais esta importante jornada na minha vida.

A todos vocês, muito obrigada...

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 DESENVOLVIMENTO.....	11
2.1 Meio ambiente e desenvolvimento.....	11
2.1.1 O direito ao desenvolvimento sustentável.....	11
2.1.2 A dimensão local do desenvolvimento sustentável.....	16
2.2 Movimentos sociais e desenvolvimento local sustentável.....	18
2.2.1 Desenvolvimento comunitário.....	26
2.3 Cenários de Análise.....	31
2.3.1 A experiência do Projeto Pé da Serra.....	31
2.3.2 O Município de Ubatuba.....	36
2.3.3 O bairro Pé da Serra.....	47
2.4 METODOLOGIA.....	51
2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75

RESUMO

Capacitação Ocupacional de Desenvolvimento Local Sustentável: A experiência do Projeto Pé da Serra

O presente trabalho teve por objetivo incorporar a reflexão da teoria do *habitus*, concebida por Pierre Bourdieu, nas discussões sobre as potencialidades e limites das intervenções sociais situadas, atualmente, no âmbito do Desenvolvimento Local Sustentável. Para tanto, preocupou-se inicialmente em explorar na revisão de literatura as concepções que salientam a necessidade da adoção de uma nova *práxis* política, com um maior envolvimento da população e das organizações da sociedade civil, na busca de um modo sustentável de desenvolvimento. Verificou-se, no entanto, que existe uma polêmica em torno do rótulo da sustentabilidade pelo fato de existirem ações que ainda não estão comprometidas em tornar este novo paradigma um projeto integrado, fruto de relações sociais complexas envolvendo conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre os diferentes agentes. Como base empírica desta análise é apresentada a experiência da oficina de artesanato desenvolvida pelo Projeto Pé da Serra, cujos resultados permitiram demonstrar a importância de se refletir sobre o papel mediador do *habitus* na imbricada relação entre sujeito e sociedade. A metodologia utilizada para este trabalho, além da revisão de literatura, baseou-se também, em duas estratégias de pesquisa de campo. Primeiramente, fez-se um estudo do meio onde se procurou caracterizar o que Bourdieu denomina de campo social, entendido como território onde se opera a estruturação do *habitus* durante o processo de socialização do indivíduo. Com base nestas observações, pôde-se melhor interpretar e compreender, através da história oral dos agentes envolvidos no Projeto Pé da Serra, as diferentes percepções manifestadas acerca desta intervenção social que resultaram na sua insustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento local sustentável; Intervenção social; Novos movimentos sociais; Desenvolvimento comunitário; *Habitus*

ABSTRACT

Occupational Capacitation and Sustainable Local Development : Pé da Serra Project experience

The aim of the current work is to incorporate the reflection on the *habitus* theory, conceived by Pierre Bourdieu, in the discussions about the potentialities and limits of social interventions situated nowadays in the field of Sustainable Local Development. With this purpose, in the review of literature this study has initially been focused on exploring the conception that emphasizes the need of adopting a new political praxis, with a greater involvement of the population and the civil society organizations, in the search of a sustainable way of development. However, it has been verified that there is a polemic around the label of sustainability due to the fact that there are still actions that are not engaged in making this new paradigm an integrated project, the result of complex social relations involving conflict, competition, cooperation and reciprocity among the different agents. The empiric basis of the current analysis is the experience of craftwork developed by *Pé da Serra* Project, whose results made it possible to show the importance of reflecting upon the mediating role of the *habitus* in the imbricated relation between subject and society. Besides the review of literature, the methodology used was based on two strategies of field research. Firstly, a study of the environment was carried out with the aim of characterizing what Bourdieu calls social field, understood as the territory in which the structuring of the *habitus* takes place during the process of socialization of the individual. Based on these observations, it was possible to better interpret and understand, through the oral history of the agents involved in *Pé da Serra* Project, the manifested different perceptions about this social intervention which resulted in its unsustainability.

Key-words: Sustainable local development; Social intervention; New sociable moviments; Group development; *Habitus*.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Agenda Social Global através das agências multilaterais vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), tais como, o Banco Mundial; a Organização Internacional do Trabalho (OIT); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); entre outras, têm dado muita ênfase às iniciativas de capacitação ocupacional como ação de inclusão social no âmbito de um novo paradigma de desenvolvimento – o Desenvolvimento Local Sustentável.

A argumentação empregada para fundamentar este tipo de proposta se baseia na tese de que “onde as populações detêm mais habilidades, conhecimentos e competências, torna-se mais fácil desencadear processos de desenvolvimento” (PAULA, 2000, 286).

No foco dos discursos e das práticas, figuram novos temas como, por exemplo, capital humano e social; democratização e empoderamento da sociedade civil; cooperação; empreendedorismo social; auto-gestão; desenvolvimento comunitário; cadeias produtivas; agricultura familiar; capacitação ocupacional; entre outros.

No ambiente político, o Estado redesenha seu papel no enfrentamento das questões sociais firmando alianças e parcerias com o setor privado, dividindo assim, suas responsabilidades com organizações da sociedade civil; com empresas; e demais atores intervenientes no processo. Deste processo de descentralização da gestão pública pelo Estado, emergem os chamados Novos Movimentos Sociais - NMS, muitos deles, inseridos no que passou a se denominar de Terceiro setor, por não representar nem os interesses do governo (Primeiro setor) nem os do mercado (Segundo setor), configurando-se na atualidade, num novo modelo de socialização.

Neste contexto, iniciativas como a da Fundação Alavanca através do Projeto Pé da Serra, tomado como objeto de estudo neste trabalho, são vistas como um exemplo da tentativa que o Terceiro setor tem colocado em prática no sentido de organizar uma parcela da população local, oferecendo-lhe possibilidades de através de ações como as de capacitação ocupacional, ampliar seu capital humano e social visando, assim, garantir-lhe uma participação cidadã no âmbito do desenvolvimento local sustentável. Com isto, criam-se novas instâncias socializadoras que, por sua vez, complexificam as relações sociais, passando a coexistir numa dinâmica de interdependência com outras tantas produtoras tradicionais de valores culturais e de referências identitárias, como por exemplo, a família, o trabalho, a escola e a mídia.

Não obstante, observa-se que sob a denominação genérica de experiências de desenvolvimento local sustentável, abriga-se uma ampla gama de iniciativas junto às comunidades que, em sua maioria, não têm alterado o quadro geral de exclusão social local (CACCIA BAVA, 2002). Nestes casos, pode-se inferir que em muitas iniciativas de capacitação ocupacional levadas a cabo ultimamente, uma coisa é se deparar com várias pessoas juntas trabalhando, cada uma por si, ao mesmo tempo e no mesmo local; outra é se deparar com várias pessoas trabalhando juntas, num mesmo projeto, para um mesmo objetivo (MOSCOVICI, 2003). Dito de outra forma, uma ação social poderá ser eficiente, mas não eficaz, quer dizer: “adequada nos meios, falha nos fins” (DEMO, 1999, p.23).

Uma das razões mais correntes deste insucesso se refere ao fato de, por vezes, subestimar-se que toda comunidade se constitui de indivíduos que pré-existem a qualquer iniciativa que lhes sejam propostas.

Nas Ciências Sociais Moderna, Pierre Bourdieu foi um dos intelectuais que mais se destacaram contra as formas de dominação e de mascaramento desta realidade social que, historicamente, permeiam as ideologias de desenvolvimento.

A sociedade para Bourdieu é constituída de vários micro-campos, esferas relativamente independentes, cada uma com valores particulares, regras internas e princípios de funcionamento. Por menor ou mais carente que seja, toda comunidade possui sua própria história, sua trajetória, seus significados singulares, suas experiências e especificidades, enfim, um arcabouço cultural, um *habitus*, como define Bourdieu, a lhe conferir limitações e potencialidades de mudança.

Por outro lado, hoje também são inúmeros os teóricos que afirmam que as possibilidades de aplicação dos postulados da sustentabilidade do desenvolvimento estão muito condicionadas à emergência de uma nova configuração cultural construída a partir da incorporação de novos paradigmas metodológicos que respeitem a vinculação meio ambiente/desenvolvimento, tendo em vista nortear uma nova relação ambiente/sociedade no processo de apropriação e utilização do meio natural (STROH, 1995).

Daí, portanto, o presente trabalho ter como objetivo central incorporar o conceito de *habitus* da obra sociológica de Pierre Bourdieu, na análise do complexo jogo de oposições e complementaridades desencadeado neste imbricado processo de socialização contemporâneo, utilizando como cenário a experiência do Projeto Pé da Serra.

Definido como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, o *habitus* é aqui concebido como um instrumento conceitual que auxilia pensar a mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos, no processo de construção desta nova configuração cultural. Implícito neste propósito está o desejo de poder oferecer subsídios teóricos que venham contribuir para um melhor entendimento dos fatores socioculturais na sustentabilidade do desenvolvimento local.

Neste sentido, são também objetivos deste trabalho: refletir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, destacando as potencialidades e limites das ações de capacitação ocupacional como estratégia de inserção social; contribuir para o entendimento do conceito dos Novos Movimentos Sociais; investigar e caracterizar os dilemas socioambientais no território de Ubatuba; identificar e descrever a comunidade e o bairro Pé da Serra; e, caracterizar a ação da Fundação Alavanca na problemática socioambiental do município de Ubatuba.

Metodologicamente, a apresentação deste trabalho foi equacionada em quatro momentos de abordagem. Num primeiro momento, a revisão de literatura ampara e incorpora o conceito do *habitus* na contextualização do tema abordado, enfocando o papel e a relação dos chamados Novos Movimentos Sociais e das estratégias de Desenvolvimento Comunitário na construção do novo paradigma do desenvolvimento local sustentável proposto pela Agenda 21. Na seqüência a pesquisa se volta para a apresentação do objeto de estudo, identificando a ação do Projeto Pé da Serra na mediação dos conflitos socioambientais percebidos no município de Ubatuba, frente à iminente ameaça de poluição e sobrexploração hídrica da bacia hidrográfica do Rio Grande, principal manancial de abastecimento público de água do município. Para uma melhor compreensão da situação atual, são apresentados os cenários de análise, pontuando no processo de urbanização do município de Ubatuba, a dinâmica do uso e ocupação do solo imposta pelas mutações econômicas no curso da história.

Num segundo e terceiro momento, apresenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa e a análise dos resultados. Com base nos referenciais teóricos, nas observações e nos relatos colhidos na pesquisa de campo, é feita uma reflexão de como alguns aspectos constitutivos do *habitus*, tais como: trajetórias; estilos de vida; educação; aspirações e necessidades, influenciaram idealizadores e participantes no decorrer do Projeto Pé da Serra. Num quarto e último momento, são tecidas as considerações finais sobre o tema proposto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Meio ambiente e desenvolvimento

2.1.1 O direito ao desenvolvimento sustentável

Inicialmente cabe ressaltar que a palavra desenvolvimento utilizada neste trabalho serve para indicar o processo de promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico. Isto porque, a revisão de literatura sobre este tema revelou que, na maioria das vezes, a palavra desenvolvimento se mantém, ainda, fortemente associada à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, desta forma, mais apropriadas à geração de riqueza, daí a forte vinculação do termo desenvolvimento com progresso técnico, crescimento econômico, industrialização e modernização e outras expressões correlatas.

Na realidade, observa-se que, historicamente, a idéia de desenvolvimento tem estado incorporada aos anseios da maioria dos povos, encontrando-se hoje, inclusive, inscrita na Agenda Social global como um dos direitos humanos inalienáveis. Um grande passo neste sentido foi dado pela Resolução 41/128, de 4 de dezembro de 1986, instituída pela Assembléia Geral da ONU, onde se declara que:

“Art. 1º. O direito ao desenvolvimento é um direito inalienável do homem em virtude do qual toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de modo que todos os direitos e liberdades fundamentais do homem possam ser realizados plenamente, e de beneficiar-se desse desenvolvimento” (UNESCO apud BARBIERI, 2000).

De certo modo, a partir desta Resolução, o desenvolvimento passou a ser reconhecido como uma condição prévia para que os direitos e liberdades humanas fundamentais possam ser realizados. Na opinião de vários analistas, essa iniciativa decorre da emergência da crise do padrão economicista¹ que colocou na ordem do dia a necessidade da busca de alternativas para

¹ Enquanto visão unilateral da realidade, o economicismo não considera as demais dimensões desta realidade, enfocando somente a produção e a produtividade econômica. Metodologicamente, implica a concepção de teorias de desenvolvimento embasadas apenas no crescimento da economia – não levando em conta aspectos sociais e ambientais (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

um mito, que ao invés de trazer desenvolvimento, revelou-se promotor de pobreza e de exclusão social (CACCIA BAVA, 2002).

O uso indiscriminado dos recursos naturais; a urbanização desordenada; o déficit habitacional; a má distribuição de renda; o desemprego e a pobreza; tornaram-se hoje, apenas alguns dos problemas que justificam a urgência de se adotar um padrão sustentável de desenvolvimento cujo maior desafio:

“[...] parece consistir na adoção de uma diretriz preventiva, capaz de balizar a concepção e a implementação de estratégias que compatibilizem os objetivos *simultaneamente* socioeconômicos, culturais, político-institucionais e ambientais da dinâmica de evolução das sociedades modernas” (VIOLA ;LEIS, 1995, p.107, grifo do autor).

Sobre este assunto Barbieri (2000) comenta que a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a UNCED - Rio92, assim como as demais conferências que conformaram o chamado Ciclo Social das Nações Unidas², desempenharam um papel fundamental para que houvesse uma maior difusão e um melhor entendimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável - DS. Como enfatizam Cavalcante e Ferraro Jr. (2002), foi somente a partir da Rio92 que o conceito de DS, introduzido em 1987 pelo Relatório da Comissão Brundtland³, começou de fato a se consolidar como proposta objetiva de transformação da sociedade.

Viola e Leis (1995, p.90) lembram que no Brasil, apesar dos obstáculos apresentados pelas conjunturas política e econômica na época,

“[...]o processo de preparação da Rio92 teve o grande mérito de literalmente obrigar os diversos atores a situarem-se num espaço multissetorial e a levarem suas reflexões em direção ao desenvolvimento sustentável, como ponto de encontro do debate entre suas diferentes preocupações e posições”.

² Entre os anos 1990 e 2000 sucederam-se conferências e/ou cúpulas mundiais, cobrindo temas diversos como criança, meio ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, mulher e segurança alimentar, apenas para mencionar algumas das mais importantes. A seqüência ficou conhecida como o Ciclo Social de Conferências da ONU, completado no ano 2001, pelas conferências mundiais sobre racismo na África do Sul e financiamento ao desenvolvimento no México (ROQUE, 2002).

³ Em 1983 a ONU cria a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Brundtland, que coordena a elaboração do relatório intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987. Este relatório preconizava um novo modelo de desenvolvimento – o Desenvolvimento Sustentável – cuja proposta é satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras alcançarem suas próprias necessidades (VIOLA; LEIS,1995).

Mesmo tendo algumas críticas sobre esse evento, Leroy e Acsehrad (2000, p.193) acrescentam que, em si, o Ciclo Social da ONU:

“[...] abriu espaço para avanços na tentativa de produzir uma nova cultura do desenvolvimento, particularmente revendo os conceitos tradicionais que lhe propiciavam consistência, apontando para três eixos básicos de ação: a) promoção de equidade por processos distributivos; b) consolidação e construção de direitos e c) garantia de reprodução das bases ecológicas do desenvolvimento social”.

Com a Agenda 21⁴, documento de consenso global gerado pela Rio92, o discurso da sustentabilidade que havia nascido centrado na idéia da preservação ambiental e no enfrentamento da escassez e finitude dos recursos naturais do planeta, passou a ganhar novos enfoques. Temas antes ausentes nas agendas de desenvolvimento, tais como: justiça social, responsabilidade ecológica e planejamento participativo, tornaram-se referências obrigatórias em todas as discussões envolvendo a busca de novos paradigmas para a configuração das sociedades futuras.

Dentro desta perspectiva, pode-se dizer que a Agenda 21, ainda hoje, configura-se como um dos maiores instrumentos e desafios para a sustentabilidade do desenvolvimento. Ela, de certa forma, aprofundou a discussão em torno da analogia entre comunidades ecológicas e comunidades humanas favorecendo, em muitos casos, o desenho de novas políticas públicas voltadas à construção de sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras (FRANCO, 2000).

Como analisa Barbieri (2000), nesse documento há uma menção explícita tanto a um pacto intergeracional, quando manifesta preocupação com o gerenciamento e a preservação dos recursos para que as gerações futuras possam atender as suas próprias necessidades, quanto a um pacto intrageracional, expresso nas preocupações quanto à equidade, atendimento às necessidades básicas e retomada do crescimento.

Apesar de ser uma “*soft law*”, ou seja, um compromisso que não criou obrigações jurídicas para os países que a assinaram, a Agenda 21 apresenta ao longo de seus 40 capítulos um rol das principais questões que devem ser tratadas por toda a sociedade, apontando para uma

⁴ Além da Agenda 21, durante a UnCED-Rio92 também foram produzidos outros importantes documentos: a Carta da Terra; a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre a Biodiversidade; a Declaração sobre Floresta; Protocolo sobre a Desertificação e os Princípios do Direito Ambiental, com a finalidade de servirem como um roteiro de um plano de ação para o desenvolvimento sustentável no século XXI.

“transformação paradigmática dos ‘estilos’ de desenvolvimento individual, comunitário, nacional e planetário” (BORN, 2002, p.80, grifo do autor).

Sua apresentação é bastante sistemática, trazendo sempre em cada capítulo uma introdução ao tema na forma de um inventário resumido dos seus principais problemas, quase sempre sob a ótica global, e, também, os programas de ações com objetivos, atividades recomendadas e meios de implementação.

Para autores como Barbieri (2000) e Born (2002), esta forma de apresentação da agenda facilita a identificação de problemas a serem considerados, bem como a definição de objetivos, os meios para alcançá-los e os responsáveis pela sua execução. Por outro lado, autores como Leroy e Acselrad (2000) advertem que os objetivos da sustentabilidade ambiental, da equidade entre gêneros, da erradicação da pobreza, do respeito aos direitos humanos, do pleno emprego e da integração social, não constituem uma realização linear, mas sim, um processo complexo envolvendo conflito e cooperação local, nacional, regional e global, e uma variedade de atores, como governos, organismos internacionais, entidades empresariais e organizações cidadãs.

De fato, o uso indiscriminado e pouco criterioso da expressão - Desenvolvimento Sustentável, que está em voga no momento, tem contribuído para dificultar o seu entendimento. Como consequência, os debates recentes sobre o assunto têm acionado diferentes eixos de reflexão com distintos valores de referências, entre eles: eficiência; equidade; novos padrões de produção e consumo; auto-suficiência e ética, “apontando para múltiplas trajetórias de elaboração coletiva de mudança” (LEROY; ACSELRAD, 2000, p. 193).

Na opinião de Ignacy Sachs, por exemplo, a sustentabilidade deve ser pensada dentro de cinco dimensões: social; econômica; ecológica; espacial; e, cultural.

A sustentabilidade social se refere à equidade entre os povos; aos pactos de respeito humanitário intra e intergeracional que devem reger os comportamentos de toda sociedade. A dimensão econômica, por sua vez, refere-se não só à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos, uma preocupação dominante nos planos de desenvolvimento tradicionais, mas também à gestão eficiente dos recursos produtivos com o fortalecimento das fontes endógenas de poupança e investimentos, para manter os benefícios do crescimento econômico na própria região ou local.

A sustentabilidade ecológica, como o próprio nome indica, refere-se às ações para evitar danos ao ambiente causados pelos processos de desenvolvimento, tais como, a substituição do

consumo de combustíveis fósseis por outros renováveis; a redução das emissões de poluentes; a preservação da biodiversidade; etc.

A sustentabilidade espacial diz respeito à busca de uma configuração rural-urbana equilibrada e uma melhor solução para os assentamentos humanos.

Já a sustentabilidade cultural se refere mais particularmente ao contexto que se está abordando neste trabalho. De acordo com o autor, essa dimensão da sustentabilidade se refere ao respeito que deve ser dado às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às “especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local” (SACHS, 1993, p. 27).

Ela enfatiza a pluralidade de soluções se contrapondo à visão unidirecional e reducionista pautada, apenas, no avanço do conhecimento científico e no progresso técnico ilimitado. Não obstante, é importante que se diga que o pluralismo exige não só respeito entre culturas e suas práticas, mas também, a interação e aprendizado conjunto.

Dentro dessa perspectiva, o presente trabalho parte do pressuposto que, impõe-se aos programas de desenvolvimento sustentável levarem em consideração toda a complexidade social inserida neste processo.

Torna-se, desta forma, imprescindível que se leve em conta não apenas os conhecimentos produzidos pela comunidade científica e tecnológica, mas, também os conhecimentos e as práticas tradicionais adquiridas no dia-a-dia das comunidades.

Sobre esse assunto, o relatório *Nossa Diversidade Criadora* elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, em 1997, é categórico ao afirmar que o desenvolvimento quando “divorciado de seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma” (UNESCO, 1.997, p. 21).

De acordo com este documento, o desenvolvimento econômico, em sua plena realização, não deixa de ser parte da cultura de um povo. Em outras palavras, o direito e a sustentabilidade do desenvolvimento são determinados, em última análise, pelos fatores culturais, por isso, não faz sentido falar de desenvolvimento e cultura como conceitos separados e estanques.

2.1.2 A dimensão local do desenvolvimento sustentável

Uma das mais importantes transformações sociais deste início de século está relacionada com a percepção de que a dimensão local do processo de desenvolvimento econômico e social é uma “instância privilegiada para a adoção de medidas que visem reduzir as desigualdades sociais em suas diversas manifestações” (CORRAL,2000, p.94).

De acordo com o International Council for Local Environmental Initiatives - ICLEI, no nível local, o desenvolvimento sustentável requer que a economia local apoie a vida e o poder da comunidade usando seus próprios talentos e recursos.

Nesse sentido, a noção de comunidade passa a ter um forte poder explicativo dentro desse novo paradigma. Como diz Fontes (2003), a comunidade é a base territorial onde se compartilham experiências que contribuem intensamente na construção das sociabilidades cotidianas. Por conseguinte, o manejo do meio ambiente, sua reprodutibilidade e sustentabilidade irão se dar a partir da comunidade, tanto no que diz respeito a bens simbólicos como lugares e espaços compartilhados no cotidiano – clubes; bares; campos de futebol; festas de rua; etc., como no que diz respeito à infra-estrutura local propriamente dita.

Por essa razão, a gestão do meio ambiente construído tem que ser vista de forma mais ampla do que a simples gestão dos recursos ambientais. Isto, obviamente, vai de encontro ao enorme desafio de se respeitar a pluralidade e de distribuir, equitativamente os benefícios mantendo-os, no longo prazo, para todos os grupos sociais indistintamente.

O ICLEI entende que, em nível local, existem sempre três diferentes processos de desenvolvimento: econômico; comunitário; e, ecológico. Cada qual, apresentando seus diferentes imperativos que, na avaliação de Barbieri (2000), com frequência apresentam contradições entre si. O autor cita como exemplo, o fato da externalização dos custos para maximizar o lucro privado, um imperativo econômico, poder ir contra o imperativo ecológico de valorizar e conservar os recursos naturais; da mesma forma a expansão dos mercados globais e a integração das economias nacionais através de programas de ajustes estruturais e de acordos de livre comércio podem debilitar o imperativo comunitário de auto-suficiência local e de satisfação das necessidades humanas básicas.

Não obstante, como mostra a Figura 1, para o ICLEI o desenvolvimento sustentável é dado pela intersecção dos três processos de desenvolvimento e não se confunde com o

conservacionismo; com o desenvolvimento econômico comunitário; nem com o biocentrismo defendido pelo *deep ecology* ou utopismo⁵, já que cada um está representado por uma interseção com apenas dois desses processos.



Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável no Nível Local (ICLEI, 1996 apud BARBIERI, 2000)

Em lugar desses extremos, o ICLEI sugere que o desenvolvimento local sustentável deve ser um processo onde os três tipos de desenvolvimento sejam conduzidos com equilíbrio. Não se trata, portanto, de estudá-los em separado e, depois, justapô-los formando um quadro de referência para estabelecer os objetivos e os meios para alcançar a sustentabilidade.

Todavia Barbieri (2000) argumenta que, dadas as múltiplas interações entre essas diferentes dimensões, as decisões sobre estes objetivos e meios acabam sendo feitas com base

⁵ Para Arne Naess, emérito professor da Universidade de Oslo e fundador da Deep Ecology Movement (movimento ecocêntrico baseado na ecologia profunda), todos os elementos da natureza possuem um valor intrínseco independente de qualquer apreciação humana e os seres humanos, sendo apenas um desses elementos, não possuem nenhum direito a mais que os outros (BARBIERI, 2000).

em conhecimentos incompletos sobre o meio físico, biológico e social, daí a grande dificuldade de considerá-las simultaneamente.

Dentro desta perspectiva, fica claro que um requisito indispensável que se depreende do conceito de desenvolvimento sustentável é a necessidade de ampliar a participação da população nos processos decisórios. Isto significa considerar a participação efetiva de uma multiplicidade de atores que compõem uma dada sociedade nos processos de tomada de decisão, levando-se em conta que, na maior parte das vezes, as escolhas, os objetivos e os meios irão envolver renúncias, mudanças comportamentais e aprendizado coletivo.

Como analisam Leroy e Acelrad (2000, p.194), esse novo paradigma decorre da progressiva compreensão de que os modelos sociais de apropriação do mundo material,

“[...] articulam simultaneamente *formas técnicas*, definidas por sua espacialidade e temporalidade (e também pelo modo como a sociedade e a cultura contribuem para orientá-la), *formas sociais*, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e, *formas culturais*, que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas (grifos do autor)”.

Dessa maneira, a sustentabilidade local que se discute no presente trabalho tende a ser entendida como expressão do respeito democrático à diversidade de leituras dos seus atores sociais. Ela deixa, portanto, de ter uma noção supostamente neutra e objetiva, como inicialmente sugere a Agenda 21, para ser trazida para o campo das lutas sociais.

2.2 Movimentos sociais e desenvolvimento local sustentável

Em nossa sociedade, a emergência dos movimentos sociais ambientalistas, questionadores dos padrões culturais dominantes, inaugurou um campo fértil de discussão sobre os novos paradigmas de desenvolvimento.

Como assinala Carvalho (1988), temas como uso e ocupação do solo, zoneamento ambiental, planos diretores de municípios e de bacias hidrográficas, política habitacional, política agrícola e agrária, etc, despontaram na esfera política como campos de mobilização e luta social. Ampliaram-se, assim, as demandas para que o Poder Público atuasse, cada vez com maior intensidade, no controle e gestão dos recursos naturais que ainda não estivessem comprometidos e, procurasse encontrar soluções para os problemas ambientais, considerando-os dentro de uma política integrada de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, despontam as questões relativas aos recursos hídricos (cujo gerenciamento se opera em várias esferas de governo) como dentre as mais difíceis de equacionar. Os agravos à saúde pública e à qualidade das águas, do ar e do solo impõem a adoção, por parte do Poder Público, de medidas rígidas de controle de poluição⁶.

Tais medidas consistem na edição de leis que regulem, entre outras coisas, os níveis de emissão de poluentes na fonte; a instalação e melhoria dos sistemas de drenagem; a avaliação de estudos de impacto ambiental; a exigência de licenciamento ambiental e o monitoramento das atividades causadoras de impactos negativos sobre o meio ambiente o que, por vezes, a exemplo do que vem acontecendo no município de Ubatuba, tomado como cenário desta pesquisa, acaba levando a dilemas socioambientais de difícil solução.

Como se sabe, historicamente, os assentamentos humanos sempre dependeram da água...

De início seu uso primordial restringia-se a dessedentação, mas, na medida em que o número de indivíduos foi aumentando os usos também o foram.

Nos últimos tempos, as nossas dependências da água cresceram muito. Camargo (et. al, 2002) comenta que, no plano mundial, a água retirada da natureza para consumo humano cresceu nove vezes nos últimos 50 anos, fazendo com que as reservas de água doce no mundo caíssem de 16,8 mil m³ em 1950, para 7,3 mil m³ em 1998, tendendo a baixar para 4,8 mil m³ nos próximos 25 anos.

A gravidade desta situação tem levado a humanidade a tentar disciplinar seu uso. No Brasil este processo culminou na aprovação da Lei nº 9.433 de 8 de Janeiro de 1997 (BRASIL, 1997), a chamada Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo as bacias hidrográficas⁷ como unidades de planejamento territorial, cabendo aos Comitês e Agências reguladoras a responsabilidade do seu gerenciamento. A partir deste instrumento legal, a bacia hidrográfica, passou a ser

⁶ No Brasil as doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 60% do total de internações nos hospitais públicos e conveniados do país sendo que, 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade, ocorre por diarreia. Cerca de 7 milhões de brasileiros são portadores de esquistosomose, 600 mil adquirem malária anualmente e a leptospirose reaparece sempre que ocorrem enchentes (CORRAL,2000).

⁷ De acordo com Buchianeri (2000,p.20), “uma bacia hidrográfica compreende toda área de captação natural da água da chuva, que proporciona escoamento para o canal principal”. A qualidade e quantidade de água de uma bacia hidrográfica estão diretamente relacionadas com suas características morfológicas – área, forma, topografia, geologia e solo, como também, com a sua cobertura florestal (LIMA, 1996 apud BUCHIANERI, 2004).

“referência de gestão descentralizada, participativa e integrada, reconhecendo a água como bem público e compatibilizando o uso da água com o desenvolvimento regional e a proteção do meio ambiente” (BUCHIANERI, 2004, p. 17; 18).

Contudo, na prática das políticas ambientais, percebe-se uma tensão entre essas duas dimensões da crise ecológica. Por um lado estão os ecólogos e cientistas, os planejadores-tecnocratas das empresas e organizações estatais, incumbidos da análise das grandes questões ecológicas e da elaboração e implementação de correspondentes soluções e planos abrangentes, por outro lado, os educadores e professores, os ambientalistas dos movimentos sociais, os cientistas e assistentes sociais empenhados na educação ambiental e para a cidadania, tentando organizar a luta política dos excluídos e pensando novos modelos de um desenvolvimento alternativo.

O ideal, portanto, é que haja a necessária junção dessas diversas forças do movimento ambiental (de forma cooperativa ou conflitiva), assim como a estimulação de processos de aprendizagem mútua para que se possa chegar a um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a emergência da questão ambiental no cenário político, vem dando origem a novos enfoques, cada vez mais complexos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento.

Como foi apontado anteriormente, a Agenda 21 contempla ao longo de seus 40 Capítulos questões que, longe de já terem como certos seus programas de ações, exigem abordagens sistêmicas e esforços análogos de negociações multilaterais, demandando posturas e práticas mais abertas e includentes.

Embora apresente certas limitações, a Agenda 21 se transformou num instrumento de transformação da *práxis* política ao enfatizar, entre outras coisas, a necessidade de participação e fortalecimento das instâncias locais na construção de sociedades sustentáveis (Seção III, Capítulo 28).

Outra grande inovação deste documento foi reconhecer em sua Seção I, Capítulo 3, a questão da pobreza e do seu enfrentamento como um dos elementos centrais na composição do desenvolvimento sustentável.

Neste Capítulo 3, intitulado - Combate à Pobreza, faz-se uma série de recomendações estratégicas, no sentido de conciliar os problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, focando em sua área de programas a capacitação dos pobres para a obtenção de meios de subsistência sustentáveis.

No Brasil estas recomendações da Agenda 21 global se tornaram mais evidentes, a partir de 1997, com a criação de uma série de programas e projetos de capacitação dentro da estratégia do governo federal conhecida como DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, lançada institucionalmente pelo Conselho da Comunidade Solidária, órgão criado, em 1995, durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

De acordo com um de seus principais teóricos, o Conselho da Comunidade Solidária, apresenta cinco objetivos básicos: 1) Superar a pobreza; 2) articular desenvolvimento econômico ao humano e social; 3) constituir-se em uma estratégia anti-hegemônica do processo de globalização; 4) ser uma estratégia para a sustentabilidade; 5) transformar a sociedade rumo à democracia, cidadania e sustentabilidade (FRANCO, 2000 apud CAVALCANTE; FERRARO JR., 2002).

Para tanto, passou-se a fomentar a cooperação entre governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais e comunitárias locais, visando, entre outras coisas, o estabelecimento das melhores condições possíveis para um desenvolvimento sustentável local, regional e nacional que elimine a pobreza e reduza as desigualdades entre os diversos grupos populacionais. Pois como sugere a Agenda 21:

“[...] Uma estratégia voltada especificamente para o combate à pobreza, portanto, é requisito básico para a existência de desenvolvimento sustentável. A fim de que uma estratégia possa fazer frente simultaneamente aos problemas da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente, é necessário que se comece por considerar os recursos, a produção e as pessoas, bem como, simultaneamente, questões demográficas, o aperfeiçoamento dos cuidados com a saúde e a educação, os direitos da mulher, o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais, e, ao mesmo tempo, um processo democrático de participação, associado a um aperfeiçoamento de sua gestão” (BRASIL, 2001).

Todavia, promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza, impõe o necessário fortalecimento da cidadania (FONTES et al., 2002). Por sua vez, fortalecer a cidadania plena implica

“marcar presença na esfera pública. Significa adquirir e garantir direitos, cumprir com os deveres sociais e, em condições consideradas adversas, buscar a conquista de novos direitos” (SHERER-WARREN, 2001, p.41).

Como foi sugerido anteriormente neste trabalho, pensar o desenvolvimento sustentável significa, subordiná-lo às dinâmicas que se produzem na sociedade civil. Em oposição às abordagens ecocêntricas das décadas de 1970, cujo foco de atenção é a natureza e sua proteção,

surge a abordagem política de participação democrática que parte do pressuposto de que o homem e a sociedade devem estar no centro de atenção e de reflexão. Essa abordagem pode ser considerada como uma "abordagem sociológica do desenvolvimento sustentável" (CERNEA,1994 apud FREY, 2001). Como reitera Fávero (2003, p.29):

“Tem-se como princípio que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento local sustentável. [...]Acredita-se que ele tem como lugar a comunidade e como mola propulsora a sociedade civil, que através de sua mobilização, gera movimentos sociais”

Os movimentos sociais se transformam, assim, no espaço de criação e poder da sociedade civil em torno de suas carências e demandas. Neste sentido, os chamados Novos Movimentos Sociais – NMS, representados no Brasil pelos movimentos ecológicos e pelo da Reforma Agrária, por exemplo, vêm na contemporaneidade, fortalecendo-se por meio de inovadoras formas de participação na esfera pública. Trata-se, segundo Sherer-Warren (2001), de organizações formais da sociedade civil, com certa continuidade temporal e referência espacial, e que se apresentam sob várias tipologias e denominações como: Associações comunitárias; Mútua-ajuda; Associações de classe; Organizações Não-Governamentais - ONGs⁸ e Fundações; entre outras.

A utilização do termo ONG serve para nomear um amplo espectro de agentes, parcialmente destituídos de interesses econômicos e voltados à promoção de mudanças socioeconômicas. Sua atuação está quase sempre voltada a serviço de grupos carentes ou em prol da defesa de questões específicas relacionadas ao meio ambiente, a mulher, ao negro, aos direitos humanos, etc., normalmente fazendo mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, o bem-estar social ou a construção da cidadania de populações-alvo (SHERER-WARREN, 2001).

No Brasil, com o advento da Nova República na década de 1980, os Movimentos Sociais ampliaram a sua atuação e, inseridas neles, as Organizações Não-Governamentais – ONGs - passam a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional. Vinculadas

⁸ O termo ONG surgiu a partir de 1948, quando as Nações Unidas criaram o Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento, dando destaque às ações no Terceiro Mundo. Contudo, existem referências de que em vários Estados-Nações, através da denominação ONG, funcionam iniciativas filantrópicas datadas do século XIX, além das chamadas entidades privadas - tais como os sindicatos patronais e de trabalhadores, as organizações de representação profissional, entre outros (SHERER-WARREN, 2001).

diretamente às demandas populares, elas inauguram, no âmbito da sociedade civil organizada, um fazer interativo técnico-político, como um instrumento de combate à exclusão social e ao elitismo político, instituindo a própria esfera pública, como espaço mais amplo do que o de atuação dos governos (BUARQUE; VAINSSENCHER, 2001).

Além da reivindicação e da crítica aos mecanismos vigentes, essas organizações trouxeram propostas de mudança para o trabalho com as comunidades, contribuindo para a redefinição dos parâmetros dos sujeitos políticos, sugerindo a idéia de sujeito sócio-político. Liberadas da perspectiva messiânico-autoritária de conduzir as massas a um grande porvir e, até certo ponto, movidas pela utopia de construir o Estado de Bem-Estar Social, essas organizações dedicam-se a um amplo trabalho educativo e autoformador em favor da cidadania ao trabalhar o empoderamento de setores tradicionalmente marginalizados (BUARQUE; VAINSSENCHER, 2001; SHERER-WARREN, 2001; GOHN, 2004).

De acordo com Buarque e Vainssenger (2001), tal perspectiva de mudança das ONGs é traduzida pela utilização de duas grandes linhas de intervenção:

“a do convencimento, para a adoção de novas práticas cotidianas, e a da capacitação, para a replicação dessas práticas.[...] Optando pela idéia de que todas as mudanças trazem mudanças, as ONGs valorizaram a desconstrução e a reforma dos mecanismos de reprodução do cotidiano, como métodos para se avançar, também, em direção a uma transformação política”.

Na década de 1990, com os avanços da informação e da globalização da economia, esse tipo de organização consolida mais uma característica, sendo reconhecida como peça importante na formação de uma rede internacional de solidariedade, cujo fio condutor é a reivindicação de direitos de cidadania, em escala mundial.

“Na medida em que surge a consciência da dimensão do meio ambiente, toma vulto a revolução associacional que marca os nossos tempos, pois os ecotemas são transfronteiriços por definição”(VALADARES, 1997 apud BUARQUE; VAINSSENCHER, 2001, p.73).

No Brasil, especificamente, essas ONGs passam a fazer parte dos chamados Novos Movimentos Sociais - NMS e têm, como pontos de convergência, os princípios do desenvolvimento humano e do alargamento da participação cidadã.

Num certo sentido, as ONGs inauguraram no Brasil uma forma diferenciada de convivência com as questões sociais, através da vinculação do fazer político à prestação de serviços à comunidade. Como observam Buarque e Vainssenger (2001), a simultaneidade de

tais componentes possibilita a comunidade mobilizar-se no sentido de abandonar o comportamento puramente reivindicatório e de melhorar a sua capacidade de crítica e de controle sobre as ações do Estado.

É, portanto, essa intermediação entre as questões de competência dos governos e as questões de interesse das comunidades, executada pelas ONGs, através do desenvolvimento de novos métodos e práticas sócio-políticas o que, justamente, as insere no conjunto dos Movimentos Sociais.

Frey (2001) reconhece haver dentro desta nova abordagem política de participação democrática, duas orientações distintas dos movimentos sociais:

“primeiro, uma vertente que enfatiza a própria luta do povo, mais especificamente dos excluídos contra o poder predominante das elites tradicionais e, segundo, uma vertente que se concentra na idéia e na suposta força da sociedade civil e na necessidade da criação de uma esfera pública, que deveria tornar-se a força motriz do sistema político e a força transformadora dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável” (FREY,2001).

No entanto, Gohn (2004) adverte estar havendo um equívoco quanto ao verdadeiro significado dos movimentos sociais como forma de mudança e transformação social. De acordo com a autora, muitos analistas têm uma visão linear dos movimentos sociais, afirmando que estes “nasceriam em função de carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização” (GOHN, 2004, p.254).

Sobre este assunto, Sherer-Warren (2001) assevera dizendo que, o movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Na verdade, o movimento social é um “conjunto de práticas e valores que transcende as ONGs ou grupos de ecologistas, e que tem repercussões no tecido social do cotidiano à esfera pública”(SHERER-WARREN,2001,p.45).

Também para Touraine (1988 apud GOHN, 2004, p.251), os movimentos sociais não se reduzem à defesa coletiva de interesses, pois,

“a mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo em que há interesses difíceis ou impossíveis de ser definidos em si mesmo”.

A forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, “segundo o repertório das tradições culturais e forças sócio-políticas de uma dada

conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo” (GOHN, 2004, p.253). Sendo assim, usualmente a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Neste caso, conclui a autora, apesar desses fenômenos serem muitas vezes tratados como sinônimos, as instituições e organizações da sociedade civil são, na maioria das vezes, os instrumentos onde se apóiam os movimentos sociais, conferindo-lhes concretude para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação.

Entretanto, Gohn (2004) destaca que, nas duas últimas décadas, em decorrência do novo cenário criado pela globalização da economia, os movimentos sociais alteraram completamente sua posição na ordem internacional. Segundo a autora, nos países do Terceiro Mundo, os chamados movimentos progressistas ou populares entraram em crise, muitos se decomuseram ou retrocederam agindo sob a forma de resistência manifesta pelo uso da força (como os sem-terra no Brasil, Chiapas no México). Os que sobreviveram às crises internas, passaram a querer participar das políticas públicas criando uma nova forma democrática - a pública não-estatal.

Na construção desta, que viria a se constituir a partir dos anos 90 no novo paradigma de mobilização social, a iniciativa por parte da sociedade civil, coincidiu com as orientações neoliberais da globalização que preconizavam a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, por meio do estabelecimento de parcerias com o setor privado. A partir de então, construiu-se uma nova concepção de sociedade civil, inaugurando, também, uma nova relação da sociedade civil organizada com o Estado. De acordo com Gohn (2004, p. 301):

“A construção dessa nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações pessoais, diretas e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, *hobbies*, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos, etc.”

Muitos movimentos deram lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas em favor de valores morais da sociedade. Segundo Gohn (2004, p.302), desenvolveu-se na sociedade a concepção de “cidadania ampliada”, tratada agora não mais como categoria individual, mas também coletiva, onde “[...] o conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociação”.

Nesta transformação, as ONGs ganharam maior espaço e centralidade na direção e condução do próprio movimento.

Grandes ONGs internacionais, “produtos típicos da era da globalização”(GOHN, 2004, p.309), como o Greenpeace, a Rainforest, a Anistia Internacional, entre outras, criam sub-sedes no Brasil e passam a atuar em programas diretos com a população, atuando como que sendo um misto de ONG e movimento social.

“[...] Ou seja, as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como ‘pedagógicas’ e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas ” (RAZETO,1993 apud GOHN, 2004, p. 314).

Estas novas práticas civis, que muitos teóricos entendem como uma crise de mobilização social, para o professor Francisco de Oliveira, elas representam na verdade um processo de democratização. O que ocorreu, afirma o autor, “é uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado, fazendo com que não apareçam mais na mídia ou no imaginário das pessoas como interlocutores diretos com o Estado (OLIVEIRA, 1994 apud GOHN, 2004, p.322)”.

“Não significa que a forma do movimento social tradicional por excelência tenha desaparecido (entendendo forma aqui no sentido de formato, configuração). Ou seja, o coletivo de atores em ação, em luta, com líderes, bases demandatárias e assessorias, mobilizados e em ação direta por meio de atos de protesto coletivo, existiu, existe e sempre existirá porque o grande conceito que os articula é o de luta social. E lutas sociais são partes constitutivas das sociedades humanas desde os primórdios da humanidade”(GOHN, 2004, p.321; 322).

Na verdade, esses Novos Movimentos Sociais são signatários de uma maior pluralidade social, tanto na vida dos grupos e organizações sociais, como na ação orientada para a esfera pública. Eles são frutos da construção de uma nova cultura cívica e política, e porque não dizer, de uma nova instância socializadora que se expressa pela mudança nos valores e orientações que, hoje, informam e fundamentam a ação social.

2.2.1 Desenvolvimento comunitário

Entre os diferentes tipos de degradação com que a humanidade atualmente convive, a social é com certeza a mais chocante. A fome, a pobreza, a moradia precária, a falta de

saneamento e as altas taxas de mortalidade infantil, representam apenas uma parte do caos vivido por muitos, no Brasil e no mundo.

Muitos são, também, os que hoje se sentem sensibilizados e, mesmo vivendo realidades totalmente opostas, engajam-se em projetos e ações solidárias, investindo tempo e dinheiro para melhorar a qualidade de vida dessa parcela da sociedade. As motivações apresentadas são as mais variadas possíveis, expressando-se, inclusive, por um certo senso de obrigação social.

Contudo, apesar de toda boa vontade, observa-se que nem sempre as iniciativas surtem os resultados esperados, isto porque, nem sempre o olhar do planejador consegue abarcar toda complexidade social. Desta forma, acaba acontecendo o que foi citado na introdução deste trabalho, quando se observa que sob a designação genérica de experiências de desenvolvimento local sustentável, abriga-se uma ampla gama de iniciativas junto às comunidades que, em sua maioria, não têm alterado o quadro geral de exclusão social (CACCIA BAVA, 2002).

De fato, o que se tem assistido com frequência são intervenções sociais que, de um modo geral, refletem a percepção que o planejador tem da realidade.

“Se a visão do investidor enaltece necessidades e deficiências, o investimento busca corrigir os problemas e consertar as pessoas. Se a visão contempla talentos e recursos da comunidade, o investimento é feito para potencializar o que já existe e está funcionando, gerando oportunidades para que se multipliquem” (NEUMANN; NEUMANN, 2004, p. 14).

Infelizmente, prevalece uma tendência de se enxergar as comunidades menos favorecidas como lugares onde moram pessoas com poucas condições de se desenvolverem, frequentemente qualificadas como frágeis, razão pela qual, presume-se, diga-se de passagem erroneamente, que necessitam de ajuda externa constante para sobreviver, o que acaba levando instituições governamentais e da sociedade civil a desenvolverem projetos e ações ditas sociais, mas, que quase sempre, limitam-se às carências materiais, tais como: creches; postos de saúde; escolas; cursos profissionalizantes; etc.(NEUMANN; NEUMANN, 2004).

Sobre este fato Demo (1999, p.15) acrescenta dizendo que, dentro do conceito atual de qualidade de vida, “tais coisas jamais são secundárias, mas não representam a qualidade”.

Um projeto comunitário deve, portanto, caracterizar-se pela interação de interesses comuns na solução de problemas percebidos. Não obstante, é importante atentar que falar em interesses comuns é, também, falar de decisões compartilhadas (TENÓRIO et al., 1995).

Por conseguinte, a validade da ação de um projeto comunitário depende da forma como foi elaborada. Ou seja, ela deve atender a uma necessidade identificada *pela* comunidade e não ser pensada apenas *para* a comunidade.

Como foi frisado anteriormente neste trabalho, a sustentabilidade do desenvolvimento local não se dá de maneira linear e objetiva como chega a sugerir o texto da Agenda 21. Ela, ao contrário, requer que cada indivíduo seja incluído no processo, não apenas para ter suas necessidades atendidas, mas também, para contribuir com seus talentos e recursos. Daí Ortiz (1990 apud SILVA; ARNS, 2001, p.7) entender o termo

“‘projeto’ como uma utopia coletiva capaz de arrebatrar corações e mentes das pessoas, e não apenas como uma proposta programática de desenvolvimento, cujo conteúdo é fruto da ponderação e das oportunidades”.

Por sua vez, a emergência do sujeito coletivo, depende que os membros de uma comunidade possam perceber suas origens comuns, seus significados e representações e, assim sendo, sua partilha de destinos. Entretanto, é importante destacar que:

“o que parece simples na teoria é um agenciamento complexo na prática, até mesmo porque os sentimentos de grupo não se constroem com a simples mobilização de pessoas, agrupamentos de subgrupos e verbalizações didáticas da necessidade do coletivo, mas a partir de um trabalho lento e minucioso, capaz de compreender as limitações de cada um, de demonstrar o significado de estar junto, de sensibilizar-se com as histórias pessoais inseridas em um coletivo, de trabalhar as nuances das redes de aliança e redes de rejeição, de valorizar o encontro e buscar o significado da parceria na construção da visão do futuro comum”(CAVALCANTE; FERRARO JR., 2000).

Dentro das Ciências Sociais Moderna uma das maneiras de abordar esta complexidade social é dada pelo conceito do *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu. Trata-se de um conceito que, nas palavras de Setton (2002, p.65), busca em essência “[...] romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas”.

Concebido por Bourdieu a partir de pesquisas realizadas na Argélia (1950 e 1960) e entre camponeses da região francesa de Béarn, o conceito de *habitus* emergiu da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais.

Na Argélia, Bourdieu havia observado que os comportamentos e as práticas dos indivíduos que eram arrancados de um universo rural e submetidos a um ambiente urbano e

capitalista, mantinham certa coerência com as experiências passadas, que no caso, funcionava como uma matriz de percepções e escolhas, ao que passou a definir como um *habitus*, entendido como sendo:

“[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas[...]” (BOURDIEU, 1983 apud ORTIZ, 2003, p. 65)

Disposições, neste caso, são atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos durante o processo de socialização em razão de suas condições objetivas de existência, e que funcionam ao longo da vida, como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. Por conseguinte, o *habitus* age como uma “matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (SETTON, 2002, p.61). Embora seja um sistema de disposições engendrado no passado, orientando para ações no presente, ele continua em constante reformulação durante toda a vida do indivíduo. Nesta perspectiva, Bourdieu considera a interiorização um mecanismo essencial na estruturação do *habitus*, na medida em que os comportamentos, valores e crenças assimilados passam a ser considerados óbvios; naturais; quase instintivos, permitindo ao indivíduo agir espontaneamente sem ser obrigado a recorrer às regras socialmente prescritas (BONNEWITZ, 2003). Outro ponto importante apontado por Bourdieu na construção do *habitus* é a filiação social, ou seja, o campo social onde se processa a socialização do indivíduo produz um *habitus* de classe, levando o autor a concluir que “a prática coletiva deve a sua coerência e a sua unidade ao efeito do *habitus*” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud BONNEWITZ, 2003, p. 87). Em síntese, o *habitus* é aquilo que se deve supor para explicar o fato de que – sem ser propriamente racionais, isto é:

“sem organizar a sua conduta de modo a maximizar o rendimento dos meios de que dispõem, ou mais simplesmente, sem calcular, sem explicitar seus fins e sem combinar explicitamente os meios de que dispõem para atingi-los, em resumo, sem fazer combinações, planos, projetos – os agentes sociais são razoáveis, não são loucos, não cometem loucuras (no sentido em que se diz que alguém fez uma compra ‘acima de seus meios’ ou fez ‘uma loucura’): os agentes sociais são muito menos extravagantes ou iludidos do que tenderíamos a acreditar espontaneamente, e isso precisamente porque eles interiorizam, ao fim de um longo condicionamento, as chances objetivas que lhes são oferecidas e porque eles sabem ler o futuro que lhes convém, que é feito para eles e para o qual eles são feitos (por oposição àquilo do qual se diz: ‘isso não é para nós’). A dialética das esperanças subjetivas e das chances objetivas está sempre em funcionamento no mundo social e na maior parte do tempo, ela tende a garantir o ajuste das primeiras as segundas” (cf. BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud BONNEWITZ, 2003, p. 86).

Trocando em miúdos, isto é o mesmo que dizer que nos projetos comunitários, como se diz popularmente, “as pessoas votam com os pés”. Se não gostam e não acreditam no projeto ou iniciativa, elas se retiram. Não será o dinheiro ou a hierarquia que as irá segurar, mas o relacionamento entre seus membros e uma causa em comum” (NEUMANN; NEUMANN, 2004, p. 32).

Habitus, portanto, deve ser compreendido como uma “gramática gerativa de práticas conformes com as estruturas objetivas de que ele é produto” (PINTO, 2000, p.38). A circularidade que preside sua formação e seu funcionamento explica, por um lado, a produção de regularidades objetivas de comportamento, por outro, a modalidade de práticas baseadas na improvisação e não na execução de regras, isto porque, ele não só interioriza o exterior, mas também exterioriza o interior. Ele não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e conservação; ao contrário, sua ação mediadora nos permite apreender que a ordem social se constitui através de estratégias e de práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história.

Sob esta ótica, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura. O princípio que funda o conceito é o da relação dialética entre uma conjuntura e sistemas de disposições individuais em processo de interação constante com as estruturas, tornando-o “uma matriz de esquemas híbridos” que tende a ser acionado conforme os contextos de produção e realização (SETTON, 2002, p.66).

Com base nesta teoria, pode-se, portanto, inferir que o desenvolvimento de comunidades de forma sustentável e emancipadora requer, acima de tudo, um bom entendimento dos diferentes e complementares papéis que indivíduos, comunidades e instituições desempenham na promoção social e econômica do local.

Como admitem Neumann e Neumann (2004, p. 33), “esta nova e promissora relação, comunidade – instituições, não se baseia apenas no reconhecimento das diferentes características e contribuições dos dois lados para a promoção do desenvolvimento local”. Para os autores, ela também exige um novo modelo de socialização entre residentes e profissionais de instituições públicas e privadas, onde residentes passam a atuar como cidadãos e não como clientes, e as instituições abandonam o papel de meros provedores de programas e serviços sociais.

Em síntese, deve-se sempre considerar que toda ação social não pode ver o indivíduo isoladamente, mas sim como parte do meio em que vive (TENÓRIO et al., 2003). Existir socialmente é, essencialmente, ser percebido, isto é, fazer com que sejam reconhecidas tão positivamente quanto possível as suas propriedades distintivas.

Propor ações sustentáveis de desenvolvimento local pressupõe o necessário reconhecimento do processo histórico em que se deu a construção do contexto atual, pois, como adverte Bourdieu (1979 apud BONNEWITZ, 2003, p. 110): “impor significações, fazendo esquecer o arbítrio contido nelas, [...] é a lógica da violência e da dominação simbólicas”.

2.3 Cenários de Análise

2.3.1 A experiência do Projeto Pé da Serra

O Projeto Pé da Serra foi um projeto social de desenvolvimento comunitário realizado no município de Ubatuba, Litoral Norte do estado de São Paulo, entre os anos de 2000 e 2004. Sua criação se deu por iniciativa da Fundação Alavanca, uma das tantas entidades da sociedade civil que, conforme citado neste trabalho, atuam no Brasil inseridas no chamado Terceiro setor desenvolvendo ações voltadas ao desenvolvimento local sustentável.

Os primeiros contatos com este projeto social ocorreram a partir do mês de julho de 2000, em decorrência da participação em um dos grupos interdisciplinares de trabalho, formado no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte-CBH-LN, para levantar dados socioeconômicos da comunidade do bairro popularmente chamado Pé da Serra.

A finalidade desse estudo era subsidiar a elaboração do Plano de Manejo da bacia hidrográfica do Rio Grande, principal manancial de abastecimento público de água do município, fazendo-se a caracterização física e socioeconômica das principais áreas de influência dessa bacia.

Particularmente, a oportunidade de participar do GT-Rio Grande, tratou-se de uma experiência renovadora, tendo em vista haver trabalhado com a problemática social vários anos antes, inicialmente como acadêmica na época do antigo Projeto Rondon e, depois também, como profissional junto a serviços públicos na área de Saúde Bucal, tanto no âmbito municipal, quanto do antigo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, atual Instituto Nacional de Seguro

Social – INSS, períodos onde, nitidamente, a visão dominante das instituições públicas e privadas era unicamente assistencialista.

Guardados os devidos contextos históricos, esta nova experiência não tardou a despertar inquietações diante da constatação que, mesmo depois de mais de vinte anos, a abordagem da problemática social no Brasil havia evoluído muito pouco.

Apesar de hoje haver quase uma unanimidade favorável à concepção do aclamado desenvolvimento local sustentável por via de uma maior democratização política que propicie o empoderamento da sociedade civil como um todo, dificilmente, consegue-se reconhecer esse suposto compromisso nas ações e medidas levadas a termo por instituições tanto públicas, como privadas.

Infelizmente, nota-se que mesmo nos fóruns de desenvolvimento local de cunho participativo, persistem entre os planejadores e boa parte dos políticos participantes "consideráveis reservas no tocante a tentativas de conceder - mediante amplos direitos de participação - mais influência sobre os resultados de planejamento"(RENN;OPPERMANN, 1995 apud FREY, 2001).

Paira no ar a sensação de que os cidadãos comuns continuam sendo vistos como incompetentes para decidir, especialmente no caso de tarefas mais complexas de planejamento. Observa-se uma tendência a uma participação parcial, controlada e caracterizada pela cooptação, ou seja, por uma participação simbólica do cidadão comum nas políticas das elites atualmente no poder (BRODBENT, 1998 apud SHERER-WARREN,2001).

Na verdade, constata-se que muitas dessas ações de inserção social ou de empoderamento, como está mais em voga dizer no momento, não vão além de uma tentativa para evitar que os pobres se afundem ainda mais na miséria e que a deterioração da natureza se acelere ainda mais (FRIEDMANN, 1992 apud FREY, 2001).

Não obstante, cabe lembrar que muito embora se tenha neste trabalho a consciência de existirem razões diversas, principalmente, de cunho político e econômico impedindo o pleno sucesso de uma pretensa sustentabilidade, a argumentação que nele se apresenta sustenta a idéia da ocorrência e interferência, também, de fatores culturais relevantes dentro desse contexto, pois, como sublinha Heller (1998 apud FAVERO, 2003, p. 34), “o verdadeiro processo de desenvolvimento não se deixa aprisionar por práticas, ideologias e tempos. Ele articula o presente com o passado das gentes que o constroem e abre-se para o futuro como esperança

permanente. Ele emerge como sonho de vida digna ou de vida boa”. E, é justamente neste sentido que aqui se tenciona pensar o desenvolvimento como sustentável.

No início do ano 2000, os diagnósticos preliminares realizados no âmbito dos trabalhos do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte - CBH-LN, haviam identificado que a degradação ambiental e o conseqüente risco de contaminação e diminuição na quantidade de água do manancial do Rio Grande estavam sendo seriamente agravados pela ocupação irregular e desordenada do solo na encosta da Serra do Mar, principalmente, entre as cotas altimétricas de 40m e 100m, onde justamente está localizado o bairro Pé da Serra.

O levantamento socioeconômico⁹ realizado apontou que, entre os anos de 2000 e 2001, já passava de 300 o número de famílias que ocupavam irregularmente esta área do município, vivendo um cotidiano próximo aos limites da miséria. Constatou-se, também, que a maioria delas é constituída de migrantes que, de acordo com Buchianeri (2004, p.6), “chegam ao município para trabalhar em serviços temporários, dando atendimento para a demanda turística ou da construção civil”.

Entre as ações sociais que vinham sendo praticadas junto a essa comunidade, estavam as do Projeto Pé da Serra criado pela Fundação Alavanca. A exemplo do que acontece ultimamente em casos semelhantes a este no Brasil, grande parte das ações desse projeto havia sido pensada no sentido de promover o desenvolvimento local daquela comunidade por meio da capacitação ocupacional.

A justificativa apresentada pela instituição baseava-se no pressuposto de que sem educação e sem acesso a trabalhos dignos, os moradores do bairro Pé da Serra apresentavam poucas chances de se situarem na sociedade como cidadãos, o que de acordo com a Agenda 21, “é requisito básico para a existência de desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2001).

Com este propósito, nos dois primeiros anos - 2000 a 2002, a Fundação Alavanca se preocupou em desenvolver as mais variadas oficinas, tais como: telecursos de ensino médio e fundamental para os adultos; cursos de artes e educação voltados às crianças, com atividades ligadas à música, ao teatro e às artes plásticas, enfocando tanto aspectos lúdicos importantes na formação infantil, como também, assuntos como cidadania e preservação ambiental; além de

⁹ BARRETO, K. D. Levantamento socioeconômico da bacia do Rio Grande de Ubatuba, 2002. **Relatório Interno**. Informações coletadas no âmbito dos trabalhos do GT Rio Grande de Ubatuba, Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. Ubatuba: SP: CBH-LN, 2002. 94p.

várias outras oficinas com atividades ligadas ao artesanato e à profissionalização da venda, com o objetivo de habilitar o grupo para geração de renda própria.

As oficinas foram alojadas em cinco grandes quiosques construídos numa área bem próxima ao bairro, que foi adquirida pela Fundação Alavanca especialmente para abrigar o Projeto Pé da Serra (Figura2).



Figura 2 - Área onde funcionaram as oficinas de capacitação do Projeto Pé da Serra

Em pouco mais de um ano de atividade, a oficina do artesanato formada, inicialmente, por um grupo de 41 mulheres, ganhou evidência se tornando, inclusive naquela ocasião, referência nacional dentro dos programas de desenvolvimento local do Serviço Brasileiro de

Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. O artesanato proposto pelo projeto Pé da Serra, consistia na confecção de bolsas femininas feitas em *crochê* a partir da reciclagem de sacolas plásticas de supermercado e de fitas de vídeo-cassete (Figura 3).



Figura 3 - Artesãs elaborando as bolsas em crochê com materiais recicláveis

Por um bom tempo, esta ação de capacitação possibilitou que muitas dessas mulheres conseguissem manter o orçamento doméstico apenas com os ganhos auferidos com a venda das bolsas. Note-se, porém, que durante este período, a divulgação e a comercialização do artesanato produzido pelas artesãs eram viabilizadas graças a intermediação da Fundação Alavanca e de

seus parceiros que, em muitos casos, providenciavam a participação do Projeto Pé da Serra nos mais diversos eventos como exposições; congressos; feiras; museus, entre outros.

Tão logo o artesanato começou a conquistar o mercado consumidor, a Fundação Alavanca firmou parceria com o SEBRAE no intuito de melhor orientar e profissionalizar o grupo de artesãs a fim de que, no decorrer do tempo, fosse se tornando auto-suficiente e sustentável.

Obedecendo a metodologia de trabalho do SEBRAE foi preparada uma sala de aula com diversos materiais lúdicos de aprendizagem em dinâmicas de grupo, inclusive, com equipamentos de audiovisual, em um dos quiosques do Projeto Pé da Serra. Foi oferecido pelo SEBRAE, três módulos de treinamento, com duração média de vinte dias cada um, enfocando basicamente, assuntos sobre produção e comercialização de mercadorias e produtos.

Como se verá mais adiante, para muitas daquelas mulheres, tratou-se de uma oportunidade única de aprender alguma coisa dentro de uma sala de aula, tendo em vista que muitas haviam freqüentado pouco ou quase nada os bancos escolares.

Embora se tratassem de aulas teóricas, muitas inclusive, sobre assuntos inimagináveis para aquelas pessoas, tais como: elaboração de custos; estratégias de venda; tributação fiscal; licenciamentos; entre outros, o grupo, ao contrário do que se poderia supor, não se mostrou constrangido diante da metodologia adotada pelo SEBRAE, apresentando na época um rendimento considerado muito bom tanto por elas como pelos consultores responsáveis pelo treinamento.

No entanto, o que causa inquietação e, por isso, motivou a elaboração deste trabalho é o fato de que à medida que foi alcançando relativo sucesso na produção e comercialização das bolsas, o Projeto Pé da Serra foi também se esvaziando e acabou se perdendo no tempo e no espaço, frustrando não só algumas das suas integrantes, como também, e, principalmente, o objetivo da sustentabilidade proposto pela Fundação Alavanca.

2.3.2 O Município de Ubatuba

Localizado no litoral Norte do estado de São Paulo, o município de Ubatuba, encontra-se inserido na vertente Atlântica da Serra do Mar, no cone leste paulista, distando 262Km da

capital. Sua unidade de área territorial é de 712 Km², posicionando-se, geograficamente, nas coordenadas 23°26'15" latitude Sul e 45°03'45" longitude Oeste (Figura 4).

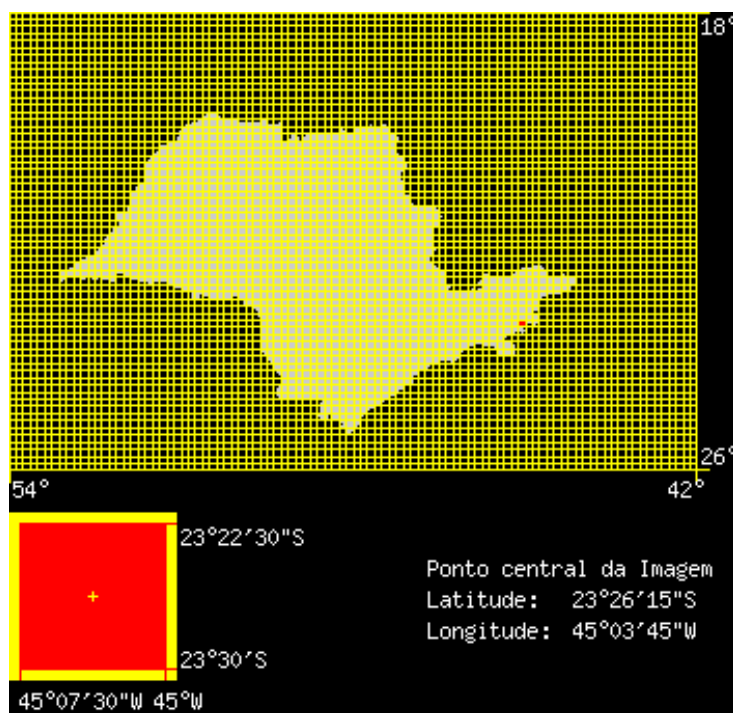


Figura 4 - Localização geográfica do município de Ubatuba no Estado de São Paulo
Fonte: (MIRANDA, 2005)

O clima da região é tropical úmido sob forte influência da Serra do Mar, o que mantém uma temperatura média anual de 21,2° C, variando de 17,0° C até 26,8° C.

A ocorrência de chuvas é alta na região apresentando uma precipitação média anual de 2.624,0 mm, sendo os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, os mais chuvosos e, o mês de junho, o mais seco. Estas características climáticas da região permitem a manutenção de extensas áreas florestais, caracterizadas como Florestas Ombrófilas Densas que, de acordo com o Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), estão inseridas no domínio da Mata Atlântica.

Buchianeri (2004) chama a atenção para o fato do município de Ubatuba ser considerado um dos locais do estado de São Paulo, onde esta formação está mais preservada, proporcionando à região uma significativa diversidade biológica com estrados herbáceos – bromélias, marantas e

helicôneas; arbustivos e arbóreos, destacando-se os jequitibás, jatobás, peroba, jacarandá, palmito, ipês, guapuruvu, entre outros.

Por esta razão, desde 1977, através do Decreto Estadual nº 10.251 de 30 de agosto de 1977 (SÃO PAULO, 1977), 76,30% da área do município de Ubatuba, ou seja, 543 Km², passaram a pertencer ao Parque Estadual da Serra do Mar – PESM, reconhecido pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, cujos ecossistemas devem ser mantidos livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo-se apenas, o uso indireto de seus atributos naturais. Também no cenário internacional, o PESM, desde 1992, é reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo declarado Patrimônio da Humanidade dentro do Programa das Nações Unidas - *Man and Biosphere* (NRIDAHL, 2006).

Geograficamente, o PESM tem seus limites estabelecidos a partir da cota altimétrica de 100m, elevando-se pela Província Costeira, até o topo da Serra do Mar, no divisor de água.

Entre as importantes funções ambientais desempenhadas pela extensa cobertura florestal do PESM está a capacidade de regular e manter o fluxo dos mananciais d'água da região, pois, como enfatiza Lima (1993 apud BUCHIANERI, 2004), o regime hídrico de uma bacia hidrográfica está diretamente relacionado às boas condições de proteção florestal da sua área de drenagem.

Como foi citado anteriormente, o Rio Grande de Ubatuba é o principal manancial de abastecimento público de água do município. Dele são captados 598 l/s no verão e 234 l/s no inverno (IPT, 2000).

De acordo com os levantamentos feitos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, a área de drenagem que compõem a bacia do Rio Grande possui 26Km², dos quais, cerca de 22Km² estão localizados dentro dos limites do PESM, entre as cotas altimétricas de 40m a 400m.

O ponto de captação de água encontra-se localizado às margens da Rodovia Oswaldo Cruz – SP125, na altura da cota de 40 m, e é operado, desde 1998, pela Companhia de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo – SABESP, através do Sistema Estação de Tratamento de Água Carolina - ETA Carolina.

No município de Ubatuba operam, atualmente, cinco sistemas de abastecimento públicos, que atendem 87% da população. Dentre eles, o maior é a ETA Carolina, que responde por 88% do abastecimento público água tratada. Estima-se que, atualmente, 55.000 pessoas consomem regularmente água retirada desta bacia, sendo que, nos finais de semana e feriados prolongados, este número cresce para cerca de 163.000 pessoas, podendo chegar a 326.000 pessoas na alta temporada, gerando uma demanda superior à disponibilidade hídrica dessa bacia (IPT, 2001 apud BUCHIANERI, 2004).

Dentro desta perspectiva, a análise temporal do balanço entre a disponibilidade e demanda de água para abastecimento público na bacia do Rio Grande, permitiu inferir que entre os fatores determinantes desta tendência de sobreexploração está a grande flutuação populacional que ocorre no município de Ubatuba. Segundo Buchianeri (2004, p.91).

“[...] poderão ocorrer problemas de falta de água para a manutenção dos processos ecológicos do manancial, ou mesmo para abastecimento público, considerando três aspectos: a flutuação da população, a ocorrência de anos hídricos secos e, mesmo nos anos hídricos normais, ocorrência de períodos de meses secos prolongados”.

Além do risco de sobreexploração da água apontado pela autora, outros levantamentos realizados no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN, constataram que a expansão urbana desordenada que vem acontecendo no município, também representa um risco iminente a sustentabilidade ecológica desta bacia.

A caracterização do uso e ocupação do solo na área da bacia demonstrou que entre a cota altimétrica de 400m até o topo da Serra do Mar, no divisor de água, lugar de onde partem os cursos d'água formadores da bacia do Rio Grande, a vegetação se encontra bastante preservada. Entre as cotas 100m e 400m, portanto, já dentro dos limites do PESM, existe uma ocupação rarefeita, com características mistas de urbana e rural, distribuída em aproximadamente 90 áreas que são consideradas ilegais perante o SNUC - Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

Observou-se que o uso predominante dessas áreas é de moradia, no entanto, a agricultura de subsistência e a criação de animais representam apenas 13% dessas ocupações, sendo as demais usadas unicamente para lazer.

Já entre as cotas de 40m e 100m, portanto, na chamada Zona de amortecimento do PESM, a ocupação urbana é crescente, representando atualmente, um sério dilema socioambiental para o município.

O fato de estar localizado na Zona Costeira do estado de São Paulo inclui o município de Ubatuba no espaço territorial submetido a regime especial de proteção, segundo o art. 225, § 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que trata da Zona Costeira brasileira. Desta forma, desde 1988, o uso e ocupação do solo em Ubatuba, tornou-se objeto de regulamentação pela Lei Federal no. 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC.

Entre outras coisas, o PNGC visa criar mecanismos capazes de assegurar uma utilização racional dos recursos costeiros, buscando elevar a qualidade de vida de sua população e proteção do patrimônio natural, histórico e cultural. As ações programadas para o cumprimento desta Lei prevêm:

“Compatibilizar as ações do PNGC com as políticas públicas que incidam sobre a Zona Costeira, entre outras, a industrial, de transportes, de ordenamento territorial, dos recursos hídricos, de ocupação e de utilização dos terrenos de marinha, seus acréscimos e outros de domínio da União, de unidades de conservação, de turismo e de pesca, de modo a estabelecer parcerias, visando a integração de ações e a otimização de resultados. [...] Compatibilizar e complementar as normas legais vigentes, que incidam sobre a ocupação ou utilização de recursos ambientais da Zona Costeira” (Brasil, 1988 a).

Com base nestas prerrogativas, no início do ano 2000, foi concebido no âmbito dos trabalhos do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN, o projeto “Manancial do Rio Grande: Potencialidades e Riscos”, trazendo como um dos seus pressupostos a elaboração de um plano de manejo específico para a bacia do Rio Grande, por meio do processo participativo.

Foi então que, contemplando a parceria entre a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ, através do seu Laboratório de Hidrologia e do Instituto de Pesquisa e Estudo Florestais -IPEF, e o Instituto Florestal – IF, a realização dos trabalhos para esse Plano de Manejo tornou possível tomar conhecimento da problemática socioambiental envolvendo a população do bairro Pé da Serra. A oportunidade de participar do projeto “Manancial do Rio Grande: Potencialidades e Riscos” no município de Ubatuba permitiu atentar que, nesta região do estado de São Paulo, a proximidade da Serra do Mar com o Oceano Atlântico torna a planície

costeira recortada e estreita, com os espigões montanhosos avançando por toda costa, conferindo ao lugar uma beleza cênica diferenciada das demais regiões litorâneas do estado, o que por sua vez, garante uma forte vocação turística.

Mas, se por um lado esta característica geográfica propicia a formação de uma paisagem exuberante, expressa num mosaico de ilhas, praias, florestas e serras entrecortadas por rios e cachoeiras, por outro, também restringe as áreas passíveis de ocupação urbana. Como mostra a Figura 5, pelos quase 100 Km que conformam a orla marítima de Ubatuba, encontram-se espalhadas nada menos que 92 praias, 16 ilhas e 7 ilhotas que, segundo a Secretaria de Turismo local, oferecem desde o lazer contemplativo até a prática de diversos esportes como o surfe, mergulho, vela, rappel, pesca esportiva, entre outros (SETUR, 2006).



Figura 5 - Fotografia digitalizada da orla marítima de Ubatuba apontando a localização das praias mais frequentadas do município (VALEVERDE, 2006)

De fato, nos últimos trinta anos, 80% da economia do município se encontra diretamente relacionada às atividades ligadas ao setor de turismo, cabendo-lhe, inclusive, a denominação simbólica de: “*Capital do Surf*” (SETUR, 2006), como mostra a Figura 6.



Figura 6 - Folders de divulgação turística de Ubatuba (SETUR, 2006)

Admite-se que, atualmente, Ubatuba apresenta a demanda turística mais alta de todo Litoral Norte. Na alta temporada sua população flutuante alcança uma média de 300.000 turistas/dia, com permanência entre 7 e 10 dias, chegando a picos de 800.000 turistas nos feriados de Ano Novo e Carnaval (COMTUR, 2000).

Dentre os impactos negativos da forte participação do setor de turismo na economia local, está o fato do município apresentar um dos maiores índices de crescimento populacional do estado, representado em sua maior parte pelo grande fluxo migratório existente na região (SEADE, 2006)¹⁰. Como consequência, o município de Ubatuba, a exemplo do que vem se reproduzindo em localidades com altas taxas de crescimento anual, apresenta um crescimento urbano acelerado e, acima de tudo, desordenado, caracterizado pela periferização e pela ocupação irregular do solo.

Segundo alguns autores, este quadro reflete um processo desigual de urbanização estimulado, principalmente, pela especulação imobiliária, onde a escolha dos melhores territórios por uns poucos, deixa como opção aos demais, locais bem menos favorecidos (YÁZIGI, 1999; KOWARICK, 2000; MARICATO, 2001).

Certamente, este tipo de episódio justifica o fato das novas favelas e loteamentos ilegais surgirem nas terras que são desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Também não é por outro motivo que as favelas acabam invadindo e se multiplicando em áreas públicas e em áreas ambientalmente frágeis, muitas delas, inclusive, protegidas por lei. Desta forma, o que antes era um caso de saúde pública, transforma-se, também, em caso de polícia.

Infelizmente, a segregação socioespacial resultante desse processo perverso tem servido apenas para atestar a dimensão caótica da desigualdade social existente no Brasil. Na opinião de Maricato (2001, p.94), para a maioria da população, “o acesso legal à moradia está travado e, dessa forma, está travando o desenvolvimento local sustentável”.

Dentro deste contexto, observa-se também, que no caso de Ubatuba esta triste realidade se repete, muito embora a necessidade de ordenamento na ocupação dos municípios litorâneos tenha se constituído em preocupação desde os anos 70, quando as melhorias dos acessos viários provocaram a rápida expansão urbana nesse trecho do litoral paulista.

Sobre este fato, Castro e Bruna (2004) comentam que, até o início da década de 1970, antes da inauguração da Rodovia BR-101, a chamada Rio-Santos, a ocupação urbana de Ubatuba, com exceção da área central onde está localizada a sede administrativa do Município, era rarefeita ao longo de toda a costa, contando apenas com algumas poucas colônias de pescadores, principalmente, nas praias ao Sul onde a planície costeira é mais larga. No entanto,

¹⁰ De acordo com os levantamentos do Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, no período de 1991 a 2000, Ubatuba apresentou um crescimento populacional de 3,9%, ou seja, 2,1% acima da média estadual que tem se mantido em torno de 1,8% ao ano (SEADE, 2006).

tão logo foi inaugurada esta rodovia, o turismo cresceu espontaneamente, sem nenhum tipo de planejamento, tornando-se, em pouco tempo, a principal atividade econômica do Litoral Norte.

Todo este processo estava também fortemente relacionado à própria conjuntura política e econômica vivida pelo país naquela época. Autores como Vizentini (2003, p.47) lembram que, durante as décadas de 1970 e 1980, o fomento da industrialização na economia nacional, aliado ao liberalismo econômico dos planos de desenvolvimento apoiados pelo regime militar, foram acompanhados pelo “surgimento de uma nova classe social capitalista e fortemente consumidora”.

Como continuação do processo iniciado na década de 1950 nas praias da Baixada Santista, nos anos 70, os loteamentos de veraneio se tornaram objeto de consumo dessa nova elite capitalista, expandindo-se com vigor por todo o litoral paulista. Com a superlotação das praias mais próximas a São Paulo, o turismo logo acabou descobrindo e invadindo os territórios, até então pouco conhecidos, do litoral Norte do estado.

“Insaciáveis, a especulação e o liberalismo desenfreados e retrógrados lançaram seus tentáculos por outras plagas, por praias oceânicas, descaracterizando e interferindo em formas seculares de trabalho, como o dos pescadores ou dos artesãos no campo ou nas serras – também invadidos -, proporcionando trabalho sazonal em troca da invasão de uma população flutuante, sem vínculos com a memória e a tradição locais” (VERÍSSIMO et al., 2001, p.134).

Sem levar em conta os custos sociais e ecológicos da adoção de um modelo de “crescimento mimético” (SACHS, 1986, p.97), o autoritarismo imposto pelo regime militar desencadeou no país um período de profundas mudanças no cenário socioeconômico.

Discursos triunfalistas falavam em “*Milagre Econômico*”, promovendo entre a população a imagem idealizada de um “*Brasil-Potência*” (AQUINO et al. 2000, p.735 grifos do autor)¹¹.

Grandes obras, como por exemplo, a Transamazônica e a Hidroelétrica de Sete Quedas, eram realizadas sem que se levassem em conta os graves impactos ambientais gerados, pois, como bem observa Ferreira (2000,p.208), naquele momento da história nacional as questões ambientais eram vistas como “antítese do desenvolvimento”, verdadeiros empecilhos na consecução dos planos desenvolvimentistas do Estado. Ignacy Sachs lembra inclusive que, em

¹¹ Os excepcionais resultados da economia brasileira entre os anos de 1967 a 1973, com um índice histórico de crescimento em torno de 10% ao ano, fortaleceram o discurso triunfalista do regime militar em torno dos chamados Milagre Econômico ou Milagre Brasileiro, numa alusão à expressão utilizada para descrever a prodigiosa recuperação da economia japonesa no pós-guerra (AQUINO et al. 2000, IANNI,2000;VIZENTINI,2003).

1972, durante os preparativos da primeira grande conferência mundial realizada pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo, o delegado brasileiro destacou-se por sua posição no mínimo singular, dizendo que o Brasil:

“estava disposto a acolher em seu território, todas as indústrias poluentes do mundo, contanto que viessem reforçar o potencial econômico do país! A proteção do ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos, para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo. O Brasil teria tempo de sobra para se ocupar desse problema, quando alcançasse a posição de potência industrial!” (SACHS,1986, p.203).

Com base nesta concepção, na Zona Costeira paulista, novas rodovias foram construídas e, outras tantas reformuladas ampliando as possibilidades de acesso rodoviário entre o litoral e o planalto. O município de Ubatuba que antes estava isolado ou precariamente ligado às demais regiões, além da BR-101 – a Rodovia Rio-Santos, passou a contar também com as Rodovias: SP-99 – Estrada dos Tamoios, fazendo a ligação entre São José dos Campos e Caraguatatuba; SP-55 – Rodovia Dr. Manoel Hyppolito Rego, ligando Bertioga a Ubatuba; e, a SP-125 – Rodovia Oswaldo Cruz, ligando Ubatuba a Taubaté (DER, 2006).

Empolgadas com o surto econômico, diversas companhias loteadoras faziam, então, intensa propaganda para compra de terrenos e casas no litoral, aumentando progressivamente o número de veranistas no litoral Norte.

Como conseqüência, caiçaras e pescadores locais acabaram se vendo pressionados pela valorização do mercado imobiliário. Muitos foram expulsos de áreas antes abandonadas e outros tantos, seduzidos pelo dinheiro, acabaram vendendo seus terrenos aos veranistas, indo construir suas novas moradias nas periferias das cidades.

Na maior parte das vezes, essa população acabou segregada em locais totalmente desprovidos de infra-estrutura urbana e, o que ainda é pior, ambientalmente frágeis como as encostas de morros, margens de rios e mangues, tornando-se protagonista de uma série de conflitos socioambientais para os municípios.

Particularmente no caso de Ubatuba, iniciou-se a partir de então, uma rápida e desordenada concentração de equipamentos turísticos como hotéis, pousadas, supermercados, farmácias, bares e restaurantes, que se somaram aos inúmeros condomínios e casas de veraneio, esparramados, preferencialmente, por toda costa Sul do município, entre as praias do Lázaro e Itaguá, onde a planície costeira é mais larga.

Em contrapartida, a costa Norte do município, que se estende do Trópico de Capricórnio até a divisa com o estado do Rio de Janeiro, por ser geograficamente mais recortada e estreita, não foi tão comprometida pela dinâmica trazida pelo turismo, mantendo-se ainda hoje, com uma ocupação esparsa, porém, crescente em casos como das praias do Félix e Itamambuca.

Atualmente, mais de 50% dos domicílios particulares espalhados pelas áreas mais providas de infra-estrutura urbana são de caráter temporário. De acordo com os dados da Fundação Sistema de Análise de Dados –SEADE, o município de Ubatuba possuía até o ano 2000, algo em torno de 39.814 domicílios particulares, sendo que deste total, apenas 18.150 domicílios são permanentes (SEADE, 2006).

Outro dado relevante apresentado por esta Fundação se refere à alta taxa de urbanização existente em Ubatuba. A quase totalidade dos domicílios, ou seja, 97,88% está localizada na zona urbana como ilustra a Figura 7.



Figura 7 - Fotografia digitalizada da ocupação territorial do município de Ubatuba demonstrando o adensamento urbano nas áreas mais planas (MIRANDA,2005)

Como foi referido há pouco, dos cinco sistemas de abastecimento público de água que operam no município de Ubatuba, 88% são providos pela ETA Carolina que capta água da bacia do Rio Grande. Outro aspecto, também comentado, foi quanto ao processo de periferização e favelização comum em casos como este que vem ocorrendo em Ubatuba, onde a população local se vê na necessidade de disputar o território com o mercado imobiliário. Neste sentido, criam-se no município dilemas socioambientais de difícil solução. Paralelamente, tem-se a população beneficiária do sistema de água tratada que paga pelo serviço e, por conseguinte, exige que sejam mantidos a qualidade e a quantidade do mesmo, e, têm-se também, aqueles que por não terem nem para onde ir, acabam indo justamente onde não devem. Dito de outra maneira existem dois problemas de interesses relevantes permeando este dilema em Ubatuba, um meramente territorial, representado pela população que está irregularmente fixada em local de grande contribuição hídrica da bacia do Rio Grande, e outro, político-social pelo interesse de ver garantido e preservado o fornecimento da água potável. No epicentro desta questão está a ocupação representada pelo o bairro popularmente chamado de Pé da Serra.

2.3.3 O bairro Pé da Serra

No início deste trabalho, fez-se uma referência ao fato da Agenda Social global falar, atualmente, em “ajustar aquilo que o mercado desajustou” (OLIVEIRA, 2000, p.305) por meio de uma radicalização da democracia, cujo modelo esteja pautado na inclusão daqueles que a antiga ordem economicista havia excluído socialmente. Postula-se, por assim dizer, uma nova configuração política onde o desenvolvimento do poder de organização, participação e empoderamento dos excluídos possibilitem colocá-los lado a lado com os atores políticos tradicionais.

Sobre o dilema socioambiental enfrentado pelo município de Ubatuba Gama (1998) comenta que, no Brasil, os problemas com o uso e a conservação da água se tornam ainda mais acentuados, pelas desigualdades sociais decorrentes da ausência de políticas públicas eficazes de desenvolvimento.

Para o autor, a ausência dessas políticas acaba provocando um fluxo migratório constante, muitas vezes expulsando o homem pobre do campo para os centros urbanos que, por sua vez, são desprovidos de estruturas adequadas para acolher os novos habitantes o que,

conseqüentemente, intensifica localmente os problemas sociais de moradias, de empregos e de cuidados primários de saúde.

A este conjunto de carências, aliam-se ainda, as precárias condições sanitárias da grande maioria das cidades brasileiras, especialmente com relação aos serviços públicos de esgotamento sanitário e de tratamento dos resíduos sólidos, que se somam aos problemas de escassez e distribuição de água limpa.

O caso do bairro Pé da Serra exemplifica bem esses casos. Trata-se de uma ocupação irregular que vem se intensificando nos últimos vinte anos, distribuindo-se pela zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar, entre as cotas altimétricas de 40m e 100m, ou seja, entre o ponto de captação de água da SABESP e o limite do PESM, representando uma séria ameaça à integridade dos ecossistemas que integram esse importante patrimônio ambiental.

Como esclarece Buchianeri (2004), o bairro Pé da Serra, apesar de possuir alguns serviços característicos de uma região urbana consolidada como: estabelecimentos de comércio; meios de transporte; serviços de telefonia; iluminação pública; serviços de coleta de lixo e serviços de agentes de saúde, a ocupação do solo neste trecho do território de Ubatuba é caracterizada como irregular por estar em desacordo com a Lei nº 6.766 de 20 de dezembro de 1979, que disciplina o parcelamento do solo urbano no Brasil.

De fato, constata-se que a quase totalidade da população do Pé da Serra vive em condições precárias e insalubres, muitas inclusive, convivendo com o esgoto e a água servida correndo a céu aberto, representando um alto risco de doenças decorrentes da falta de saneamento¹² (Figura 8).

¹² De acordo com o estudo feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no Brasil, “as doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 60% do total das internações nos hospitais públicos e conveniados do país e 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade, que ocorrem por diarreia” (CORRAL, 2000, p.104).



Figura 8 - Residências típicas do bairro Pé da Serra

As famílias do bairro também não recebem água tratada e poucas são as que dispõem de caixas d'água como reservatório. Na maioria dos casos a captação da água para o consumo doméstico, é feita diretamente nos cursos d'água dos afluentes do Rio Grande que cortam o

bairro, por meio de mangueiras pretas de borracha de $\frac{3}{4}$ de polegada que se cruzam em grande número pela mata através de picadas e trilhas abertas pelos moradores, representando inclusive, um significativo impacto para vegetação local (Figura 9).

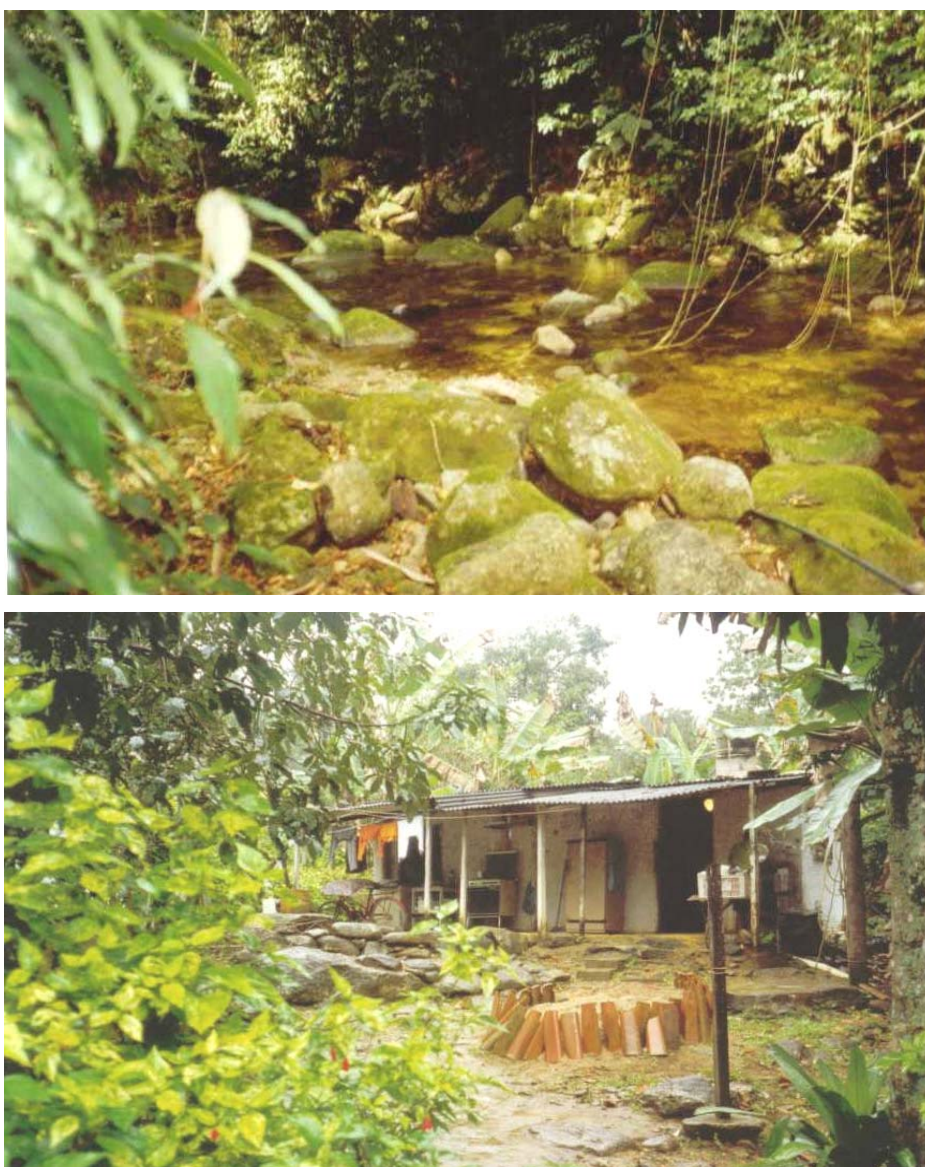


Figura 9 – Captações clandestinas de água através de mangueiras

Por conseguinte, a retirada irregular de uma quantidade considerável de água destes afluentes do Rio Grande, assim como, os desmatamentos e a poluição decorrentes da crescente ocupação da área de contribuição desta bacia hidrográfica são interpretadas pelo CBH-LN como sérias ameaças à manutenção da qualidade e quantidade da água captada pela ETA Carolina.

Entretanto, os novos problemas relacionados a riscos e ao meio ambiente têm aspectos comuns que os distinguem dos problemas científicos tradicionais, ou seja, os fatos são incertos, os valores controvertidos; as apostas elevadas; e, as decisões urgentes.

Como assevera Buchianeri (2004, p. 5), “a função essencial de controle de qualidade ambiental e avaliação crítica não pode ser desempenhada por um corpo restrito de especialistas”. A subjetividade, o diálogo sobre a qualidade e a formulação de políticas deve ser estendido a todos os afetados pela questão, que formam o que se denomina dentro da ciência pós-normal de “comunidade ampliada dos pares” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1993 apud BUCHIANERI, 2004, p.5)

Desta forma, a oportunidade de ter participado do grupo de trabalho para a elaboração do plano de manejo da bacia do Rio Grande – GT-Rio Grande, fez ressurgir inquietações em torno de um assunto que sempre havia, particularmente, despertado especial interesse, qual seja, as diferentes interpretações da questão social nas políticas de desenvolvimento.

2.4 METODOLOGIA

Em função da natureza investigativa/exploratória dos objetivos deste trabalho, metodologicamente, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa por meio do estudo de caso, contextualizando a experiência vivenciada pelos idealizadores e participantes do Projeto Pé da Serra com os fundamentos teóricos pesquisados na revisão de literatura.

Para a análise dos dados da pesquisa de campo este estudo se baseou no modelo interativo de pesquisa em ciências sociais, proposto por Spradley (1980 apud ALENCAR, 1999), segundo o qual, o pesquisador inicia o trabalho de campo com pressuposições sobre o problema abordado, com base no paradigma teórico que orienta sua investigação. Graças a este recurso, a contextualização, a pesquisa, a coleta, a organização e a análise das informações, passaram a ser trabalhadas em uma seqüência circular, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática, dando ao pesquisador a oportunidade de reelaborar seus conhecimentos prévios em função do contato com o objeto, chegando assim, a novos níveis de percepção do mesmo (BRIOSCHI; TRIGO, 1987).

Por sua vez, o estudo de caso, enquanto uma análise em profundidade de um contexto particular permitiu compreender melhor as diferentes interpretações das intervenções sociais no contexto do desenvolvimento local sustentável. De acordo com Bogdan e Biklen (1994) a possibilidade de aprofundamento é a principal característica do estudo de caso, já que se parte de aspectos abrangentes em direção a particularidades, tendo como a área de trabalho, uma área delimitada. Também Becker (1997) considera esse tipo de estudo uma peça do grande mosaico da compreensão da vida, que mesmo não tendo existência isolada, contribui para o entendimento do todo.

Com este propósito, portanto, buscou-se na pesquisa de campo colher o maior volume de informações possível. Optou-se, inicialmente, por fazer um estudo do meio, através da observação do território e do cotidiano dos moradores, a fim de entender melhor o contexto vivenciado pelas mulheres que participaram do projeto. Como uma segunda estratégia metodológica, optou-se pela história oral, uma técnica de pesquisa que, segundo Freitas (1996 apud BRITO, 2000, p.60):

“utiliza a entrevista e outros procedimentos no registro de narrativas da experiência humana. De abrangência multidisciplinar, este método tem sido sistematicamente utilizado por diversas disciplinas das ciências sociais, tais como: História; Sociologia; Antropologia; Linguística; Psicologia, entre outras”.

Por meio da história oral, procurou-se abordar o maior número possível de agentes que tiveram envolvimento direto com o Projeto Pé da Serra. O foco central do estudo era coletar depoimentos que revelassem as finalidades e os efeitos da ação social realizada pela Fundação Alavanca sobre a comunidade local. O objetivo foi saber quais as percepções, as aspirações e os efeitos que a iniciativa da Fundação Alavanca havia promovido na vida dessas pessoas. Todos os depoimentos foram gravados em fita cassete e, posteriormente, transcritos de forma a preservar os dados e tentar manter o fluxo da narrativa, pois, segundo Queiroz (1991), “o pesquisador guia o estudo e, portanto, irá relatar os fatos da maneira que lhe parecer mais satisfatória”.

A coleta dos dados em campo ocorreu entre os meses de abril e junho de 2006, com uma permanência de quinze dias no local. A pesquisa foi equacionada em duas etapas: primeiro houve uma visita à diretora de projetos da Fundação Alavanca, que foi a idealizadora e principal responsável pelo encaminhamento do Projeto Pé da Serra. A intenção foi obter dela, uma

explicação mais detalhada sobre a filosofia de trabalho da Fundação Alavanca, sua estrutura, objetivos e metodologia. O enfoque dado na entrevista foi para a obtenção de um panorama sobre a motivação e atuação dessa instituição no contexto do desenvolvimento local sustentável do município de Ubatuba. O objetivo foi tentar flagrar a interferência do *habitus* na idealização e condução do projeto.

Na segunda etapa, a pesquisa se voltou para as mulheres participantes do Projeto Pé da Serra. De posse de uma relação, gentilmente cedida pela Fundação, contendo os nomes e endereços das 41 mulheres que iniciaram o projeto, buscou-se localizar e entrevistar essas pessoas.

A visita ao bairro possibilitou observar o território e o cotidiano dessas pessoas, o que subsidiou o entendimento do contexto em que estão inseridas. O auxílio das agentes comunitárias de saúde que atuam na região do bairro Pé da Serra foi fundamental na identificação e localização das mulheres do projeto. Por elas foi possível saber que, dada as contingências de vida no bairro, há uma rotatividade muito grande de moradores e que, pelo menos, nove mulheres relacionadas pela Fundação Alavanca, já não residem mais no bairro Pé da Serra; outras cinco conseguiram “trabalho na cidade” e, segundo o comentário feito pela agente:

“[...] elas não têm muita hora certa pra voltar pra casa, não. Elas têm de passar na creche pegar as crianças e não tem muito ônibus que vêm pra esses lados. Agora, a senhora tem que ver bem, porque o Pé da Serra não é lugar da gente andar sozinha de noite... é muito escuro e perigoso ... é melhor a senhora conversar com as outras durante o dia mesmo”.

Na verdade, mesmo durante o dia, transitar pelo bairro Pé da Serra, por suas ruas estreitas, empoçadas e sulcadas pela erosão, não é tarefa das mais fáceis. Todos os caminhos que cortam o bairro são de terra que vira lama sem que para isso precise chover muito. Outro fator de dificuldade percebido em campo foi com relação à própria identificação das casas, cuja localização, na maior parte das vezes, não obedece a uma numeração ordenada em decorrência dos parcelamentos irregulares dos lotes. Além disso, o contexto conflituoso em que estão inseridos atualmente, deixou os moradores do Pé da Serra traumatizados e, até certo ponto, arredios à presença de estranhos no bairro.

Não obstante as dificuldades de acesso e as intempéries climáticas enfrentadas, foi possível localizar e entrevistar 22 participantes do projeto Pé da Serra.

Cabe dizer que foi prometido nesta pesquisa o anonimato das entrevistadas a fim de preservar suas individualidades e garantir um clima de maior descontração e sinceridade nos depoimentos. Desta forma, após apresentar a finalidade da pesquisa, primou-se por deixar que a narrativa fluísse de maneira espontânea. A partir de então, cada entrevista transcorreu em tom de uma conversa onde se buscou aproximar a questão da capacitação ocupacional oferecida pelo projeto da possibilidade de mudança nas suas vidas pessoais.

Aspectos estruturantes do *habitus*, tais como origem, família, escolaridade, trabalho, cotidiano, necessidades, motivações e expectativas, foram abordados e serviram para identificar a trajetória, o estilo de vida, o repertório cultural e a noção de pertencimento que movem a vida dessas pessoas naquele território, permitindo identificar a mediação do *habitus* na relação dialética estabelecida entre as chances objetivas e as motivações subjetivas manifestadas por aquele grupo.

Sem desconsiderar a complexidade dos fatos, nem tão pouco, as demais formas de análise desse contexto, é oportuno ratificar que a questão central deste trabalho se baseou em perscrutar entre os diferentes agentes as possíveis interferências do *habitus* na experiência vivida pelo Projeto Pé da Serra. Enfatize-se, também, que o principal objetivo foi poder oferecer uma leitura da ação mediadora do *habitus* na determinação das potencialidades e limites das intervenções sociais levadas a cabo hoje em dia no contexto do desenvolvimento local sustentável. Para tanto, durante as pesquisas de campo, procurou-se estabelecer relações e interpretar os fatos na medida em que os relatos foram acontecendo, pois, como sugere Godoy (1995), nos estudos qualitativos, em geral, e no estudo de caso, em particular, é recomendável que a análise esteja presente durante os vários estágios da pesquisa.

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de incorporar a reflexão sobre o papel mediador do *habitus* nas representações e práticas sociais, o primeiro passo para a discussão dos resultados deste trabalho foi pensado no sentido de identificar os personagens deste estudo estabelecendo, assim, uma relação entre os condicionamentos sociais exteriores e as subjetividades dos sujeitos.

Neste sentido, a partir das informações colhidas em campo com a diretora de projetos da Fundação Alavanca foi possível delinear um perfil desta instituição no contexto do desenvolvimento local do município de Ubatuba. Tomou-se conhecimento que a instituição foi criada como uma entidade civil sem fins lucrativos, em abril de 2000, por iniciativa do casal Moysés e Ana Maria Pluciennik, residente em São Paulo, capital.

Quanto às motivações que levaram o casal Pluciennik a instituir uma Fundação para atuar com ações comunitárias, soube-se que se trata de um casal bem relacionado, ele empresário e ela médica sanitaria do Estado, que por freqüentar a região como veranista há mais de quarenta anos, sentiu-se sensibilizado com a questão da crescente favelização em Ubatuba, tendo então, a idéia de dar a sua contribuição social oferecendo, inicialmente, cursos de marinharia às crianças em idade escolar.

“[...] Eles viam os problemas da pobreza em Ubatuba daí eles acharam que poderiam estar contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população... daí eles definiram... mesmo porquê, ele é velejador, a vida inteira ele foi velejador aqui em Ubatuba... ele, os filhos, e tal. Então a idéia inicial dele era a Escola do Mar, um curso de marinharia para crianças para formar profissionais para trabalhar nas diferentes atividades ligadas ao mar, que funcionava num barracão no píer do Saco da Ribeira, mas hoje não temos mais o projeto Escola do Mar. Atendemos só o ‘Bom de escola, Bom de vela’ que foi um projeto que saiu da idéia da Escola do Mar em função de estar ‘prendendo’ a criançada pra aprender a vela náutica [...]”.

Note-se que a motivação manifestada por este casal, ratifica o fato de muitas ações de desenvolvimento local partirem, atualmente, da iniciativa de indivíduos comuns que, mesmo vivendo realidades totalmente opostas, engajam-se, até mesmo por um certo senso de obrigação social, em projetos e ações comunitárias.

Mais especificamente sobre o projeto de capacitação ocupacional do Projeto Pé da Serra, esclareceu-se nesta entrevista que, na verdade, a idéia de trabalhar o artesanato como estratégia

de inserção social para as mulheres daquele bairro não partiu da Fundação Alavanca, e sim da própria entrevistada alguns meses antes, ainda em 1999, quando trabalhava na Secretaria de Assuntos Comunitários da Prefeitura Municipal de Ubatuba. Soube-se, também, que as dificuldades e carências vivenciadas pela comunidade do bairro Pé da Serra, foram sempre preocupações presentes nos projetos e ações sociais do município, tanto em iniciativas do poder público, como também, em ações de instituições privadas.

Um fato importante que deve ser destacado nesta pesquisa é que, ao contrário do casal Pluciennik, a diretora de projetos da Fundação Alavanca, é uma pessoa que possui larga experiência em trabalhos sociais junto às comunidades.

Além de trabalhar há anos como pedagoga em escolas da rede pública em várias localidades do Estado, ela possui também uma longa trajetória desenvolvendo ações de inserção social em comunidades desfavorecidas, atuando ao lado de instituições públicas e privadas. Quanto ao casal Pluciennick ela conta que:

“[...] na realidade eles tinham apenas o projeto Escola do Mar, mas eles também nunca tinham montado uma ONG e também não sabiam e não tinham conhecimento nenhum de trabalho social. Então foi quando eles vieram me procurar, eu tinha acabado de sair da Prefeitura e eu fazia... eu tinha iniciado um trabalho na Prefeitura com as mulheres do Pé da Serra pra geração de renda daquelas pessoas [...] Eu tinha uma amiga a Marisa que tinha uma técnica de fazer as bolsas com sacolas de supermercado e a gente viu que era uma possibilidade de estar gerando renda pra comunidade que sempre foi a mais carente do município... aí eu tinha iniciado a organizar essas mulheres quando eu saí da Secretaria de Assuntos Comunitários da Prefeitura ... aí quando eles vieram me procurar eu apresentei essa proposta e eles acabaram ... o Moisés acabou achando a idéia interessante e acabou iniciando também, paralelamente ao projeto Escola do Mar essa proposta do Projeto Pé da Serra... e foi com esses dois projetos que foi possível estruturar a Fundação como uma entidade civil sem fins lucrativos [...]”.

Verificou-se que o envolvimento da Fundação Alavanca com a problemática do bairro Pé da Serra, propriamente dito, foi circunstancial, tendo em vista o desejo, mas, ao mesmo tempo a inexperiência deste casal em montar uma entidade civil dentro do Terceiro setor para desenvolver projetos sociais.

Não obstante, soube-se que logo depois de instituída, a Fundação Alavanca se engajou em vários fóruns de discussão sobre estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável do

município, como por exemplo, os de elaboração da Agenda 21 local e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, tendo inclusive, participado de algumas reuniões do GT-Rio Grande.

No âmbito social, a instituição assumiu e ampliou a idéia inicial do artesanato com as mulheres, criando outras oficinas de capacitação educacional e profissional para atender, também, as crianças e adolescentes do bairro Pé da Serra.

De acordo com a sua diretora de projetos, a finalidade da instituição foi compor um projeto amplo de inserção social dedicado ao desenvolvimento local sustentável da comunidade daquele bairro. Para tanto, a Fundação buscou, inclusive, apoios firmando parcerias com outras instituições e investidores sociais nacionais e estrangeiros, como: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades; Fundação Roberto Marinho; Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas; JP Morgan; Phillips do Brasil; VISA; entre outras.

De certa forma, ficou claro que o planejamento, a metodologia e os objetivos do trabalho de artesanato junto às mulheres do bairro Pé da Serra não partiram propriamente da instituição. A Fundação, neste caso, foi apenas o agente facilitador que assumiu e investiu na idéia por considerá-la compatível com seus ideais.

Contudo, observa-se que, independentemente de quem tenha partido a idéia, na visão destes interventores sociais persistiu a crença de que a solução dos problemas da comunidade do Pé da Serra poderia ser alcançada, simplesmente, propondo-lhes ações atualmente concebidas como promotoras de inserção social, como foi neste caso, a de capacitação ocupacional, por exemplo.

Desconsiderou-se que, a exclusão social no bairro Pé da Serra, extrapola a questão da condição financeira dos seus moradores, estando certamente, muito relacionada, também, à caótica situação de segregação socioespacial urbana imposta pelo mercado turístico e imobiliário no município de Ubatuba, o que nos autoriza inferir que houve, no mínimo, um equívoco interpretativo da Fundação Alavanca sobre o contexto de vida daquela comunidade.

Como lembra Melgaço et al. (2002, p.2)¹³, a segregação urbana, definida pelo urbanista Flávio Villaça como sendo uma alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano, “é uma das faces mais importantes da exclusão social”.

De acordo com o autor, ela não é um simples reflexo, mas, também motor indutor da desigualdade onde, à dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), somam-se, também, menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer.

Neste sentido, as ações de capacitação propostas pelo Projeto Pé da Serra, dificilmente seriam percebidas como suficientes para garantir a inserção social e a participação cidadã daquelas pessoas como pretendia a Fundação Alavanca.

Outro fato relevante que chamou bastante a atenção durante a entrevista, foi que não se constatou em momento algum nos depoimentos da diretora de projetos da Fundação Alavanca, a iniciativa da instituição em buscar a participação da comunidade no processo de diagnóstico dos problemas locais, nem tão pouco, na elaboração das estratégias que lhes foram propostas.

Este comportamento veio, por sua vez, ratificar o que havia sido apontado na revisão de literatura deste trabalho, quando Neumann e Neumann (2004) enfatizam que o investimento social reflete a percepção que o investidor tem da realidade. Ou seja, se a percepção do investidor foi e está condicionada a enaltecer apenas as necessidades e deficiências do outro, a representação feita desta condição de existência, tenderá a promover uma prática para buscar “solucionar os problemas e consertar as pessoas” (NEUMANN; NEUMANN, 2004, p.13) que, por estarem numa classe social diferente, são, por vezes, qualificadas como frágeis ou, literalmente carentes, desprovidas de condições que possam levá-las a alcançar o tipo de desenvolvimento convencionado pela classe social deste investidor.

¹³ MELGAÇO, L. de M.; PINTO, R. A; ARAKI, R.; CAMARGO JR., W. V.P. **Segregação sócio-espacial: a materialização espacial da desigualdade**. Seminário apresentado no Curso de Geografia - Disciplina de Meio Ambiente Urbano - Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, 1º sem. de 2002.

Em casos assim, ferem-se, inclusive, os pressupostos apregoados pela Agenda 21 para um desenvolvimento local sustentável, onde o planejamento participativo é tido como condição mais que necessária.

Percebeu-se, portanto, que no planejamento do Projeto Pé da Serra, a ação refletiu apenas a percepção da instituição sobre aquele tipo de situação de existência vivenciado pela comunidade do bairro. A comunidade, no caso deste projeto, apropriou-se apenas dos resultados da ação e não do seu processo (NEUMANN; NEUMANN, 2004).

Traduzindo esta prática pela teoria do *habitus*, pode-se identificar que nela houve a interferência do que Bourdieu conceituou de *habitus* de classe. De acordo com o autor, a filiação social estrutura as percepções que são interiorizadas durante o processo de socialização do indivíduo e produz um *habitus* de classe, fazendo com que as representações feitas das diferentes condições de existência, variem de acordo com a posição social e com os interesses associados a ela (BOURDIEU, 1987 apud BONNEWITZ, 2003). Por esta perspectiva, a realidade social passa a existir dentro de uma dialética, expressando-se “nas coisas e nos cérebros, nos campos e nos *habitus*, no exterior e no interior dos agentes” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud BONNEWITZ, 2003). Neste sentido, o discurso institucional só poderá funcionar se encontrar nos agentes estruturas internas, cognitivas e afetivas, prontas para acolhê-lo.

Por outro lado, Bourdieu e Wacquant (1992 apud BONNEWITZ, 2003) analisam que, se o *habitus* é o produto da filiação social, ele se estrutura também em relação com um campo que exerce sobre os agentes uma ação pedagógica multiforme, que tem como efeito fazê-los adquirir os saberes indispensáveis a uma inserção correta nas relações sociais.

Como foi apontado durante a contextualização deste trabalho, a ocupação irregular do entorno do PESH pela comunidade do bairro Pé da Serra, tem representado um sério dilema socioambiental para o município de Ubatuba, principalmente, por pressionar a área de contribuição da bacia hidrográfica do Rio Grande, colocando em risco a sustentabilidade do desenvolvimento local do município (Figura 10)



Figura 10 – Ocupações recentes adentrando a zona de amortecimento do PESM

O estudo do meio permitiu observar a diversidade de carências e dificuldades presentes no cotidiano desses moradores, a partir do que foi possível analisar o campo social onde o *habitus* dessas pessoas é formado e, também, verificar quais as potencialidades e limites da ação de capacitação ocupacional proposta pelo Projeto Pé da Serra vir a promover a inserção social daquelas pessoas.

Entre outras coisas, observou-se que as moradias são de uma construção precária, mal iluminadas e arejadas, onde o fogão a lenha, sempre aceso, ocupa quase todo espaço, deixando no ar um constante cheiro de fumaça. São moradias pequenas, edificadas com blocos de cimento, muitas vezes de “chão batido” ou, rusticamente, calçado com tijolos, cujos telhados são um misto de madeira coberta com plástico preto, entremeado com algumas telhas de barro e outras de amianto, delatando ao observador, tratar-se de restos apanhados em outras construções pela cidade. Nelas convive uma média de cinco pessoas, normalmente, dois adultos e, as demais, crianças de até no máximo 15 ou 16 anos (Figura 11).



Figura 11- Moradia de uma das famílias do bairro Pé da Serra

Há muito poucos jovens, com idade entre 18 e 22 anos, morando no bairro Pé da Serra. Os que ainda moram, ou já são casados, ou vivem com um algum companheiro, num “*puxadinho*” ou “*cômodo*” feito a partir da construção dos mais velhos, que nem sempre são seus pais, mas, invariavelmente, trata-se de algum parente (Figura 12).



Figura 12 – Típico aglomerado de “puxadinhos” numa mesma área

Não se observa no bairro nenhum espaço que seja consagrado por eles como um lugar de convívio comunitário, o que torna difícil eleger uma outra instância socializadora importante além da família. Verificou-se que o bar é o único lugar onde os homens adultos costumam se encontrar, mas, mesmo assim nem todos vão por serem, em sua grande maioria, evangélicos.

Apesar de religiosos, poucos moradores freqüentam a única igreja do bairro. Preferem ir às igrejas dos bairros vizinhos, o Figueira ou o Ipiranguinha, onde sempre o marido ou a mulher possui algum parente ou “*compadre*” como dizem.

A ociosidade é outro aspecto flagrante entre os moradores do bairro Pé da Serra. É comum vê-los sentados em frente ou dentro das suas casas (cujas portas estão sempre abertas!), sem fazer nada ou, quando muito, fumando, mas, na maior parte das vezes, apenas olhando, não se percebendo nem bem pra onde.

São quase todos morenos, quase mulatos e, uns poucos negros, mas, os semblantes são todos sérios com um ar de tristeza que se disfarça em sorriso quando se aproxima um visitante.

Apenas observam. Esperam do outro a iniciativa da aproximação. Permanecem calados até que o outro se apresente, justifique sua presença e estenda a mão em gesto de paz.

O aperto de mão e o “*vamo entramo*” são os sinais de que se está sendo bem-vindo. Falam pouco, limitam-se a responder, mas, mesmo assim em poucas palavras.

Muitos contam que estão há anos desempregados, fazendo apenas “*bicos*” nos finais de semana e temporada.

Nos quintais, além de um sem número de cães e gatos, não se vê nenhuma cultura de subsistência apenas alguns poucos pés de mandioca e bananeiras (Figura 13). Criações também não possuem, pois, segundo dizem:

“os ambiental vêm aqui e proíbi a gente de fazê quarqué coisa que mexa na terra...”

Quando questionados sobre o porquê, respondem:

“Ah! sei lá, eles falam que é por causa do parque, do rio, num sei...eles num querem que a gente viva, isso sim! Eles dão mais importância pro parque do que pra nós...querem é que a gente suma daqui, mais pra onde eles qué que a gente vá?!”



Figura 13 – Um dos quintais do Pé da Serra

Constatou-se que os moradores do Pé da Serra não percebem as questões ambientais como prioritárias em suas vidas. Pelo contrário, na interpretação deles, são elas que os impedem de viver melhor: *“plantano uma coisinha ou ôtra; criano umas galinha, umas cabra, sei lá..., mas não pode nada, senão leva multa”* .

Outro grande problema do bairro se refere à questão fundiária. Os que se dizem proprietários mostram um *“documento”* de compra do lote, mas, não se observa ninguém com alguma escritura de posse devidamente regularizada e reconhecida frente aos órgãos públicos competentes. Observa-se que a grande maioria das construções está edificada em áreas ambientalmente muito frágeis, infringindo todo um repertório legal que, como foi referido na revisão de literatura deste trabalho, ampara, atualmente, esta questão no Brasil.

Por esta razão, os moradores do bairro Pé da Serra relatam que estão sendo constantemente abordados por fiscalizações diversas dos diferentes órgãos públicos.

Pelos comentários se percebe que o contexto conflituoso vivido, está criando entre eles um sentimento ambíguo de amor e ódio com o lugar, o que certamente impõe maiores estudos na elaboração das propostas de desenvolvimento local para aquela comunidade.

Muitos se referem não só a Serra do Mar, como também, às cachoeiras, rios e demais atributos naturais do lugar, como algo “*bunito*”; “*bão*”; “*importante*”, mas, cuja preservação ou responsabilidade não reconhecem como sendo também suas. Percebe-se que os problemas de ordem estrutural, tais como: pavimentação; iluminação pública; ônibus, ciclovia, etc.; são percebidos como mais urgentes do que outros de ordem ambiental ou sanitária.

No entanto, ao mesmo tempo em que percebem as deficiências estruturais do bairro, também não se julgam suficientemente cidadãos para reivindicarem melhorias. Delegam sempre a solução de seus problemas a um terceiro que, normalmente, é considerado mais eficiente ou importante do que eles, deixando claro que, pessoalmente, não se sentem bons o suficiente para fazê-lo.

Quando questionados do porquê não se unirem para ir à Prefeitura, por exemplo, a resposta vem rápida:

“ninguém aqui é unido não, dona.... se o problema nun é cum ele, os ôtro que se lasque! E quem qué dá a cára sozinho pra batê?! Ninguém é bobo, não! O pessoal forga em cima dos ôtro. Agora, pedí as coisa; recramá, todo mundo pede... resorvê e í lá brigá; falá cos grandão, que só vêm aqui pra pedí voto, ninguém vai, não”.

O contato com esses moradores confirmou que a grande maioria deles é imigrante e que estão morando no bairro mais por contingências econômicas do que por opção. Muitos moradores vieram do estado de Minas Gerais, das regiões Sul e da Zona da Mata do estado, e relatam ter tido, em algum momento de suas vidas, uma forte ligação com o trabalho rural.

As motivações apresentadas para que a emigração tenha ocorrido, comprovaram a forte atração exercida pela construção civil e demais atividades ligadas ao turismo, o que justificou o crescente aumento populacional observado nessa região.

Com relação às 22 mulheres do Projeto Pé da Serra, a trajetória e a situação apresentadas foram, praticamente, as mesmas. Grande parte delas, mais precisamente 14 mulheres, relatou que havia emigrado com seus pais ou maridos de localidades como: São Sebastião Ervalha; Ladainha; Caratinga; Itaipé; todas no Estado de Minas Gerais; apenas uma contou ter vindo da

cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará; e, outra única também, da cidade de Colatina, no Estado do Espírito Santo. As demais, quatro já são naturais de Ubatuba, apesar dos genitores, ou pelo menos um deles, ser imigrante. Constatou-se que apenas duas (mãe e filha) mulheres do Projeto Pé da Serra eram descendentes de caiçaras nativos de Ubatuba, o que inclusive ficou nítido por seus traços fisionômicos (Figura 14).



Figura 14 – Grupo de artesãs durante um dia de trabalho

Quanto ao tempo de residência no bairro, observou-se que apenas cinco das entrevistadas moram há mais de 15 anos no Pé da Serra; oito disseram morar entre 5 a 10 anos; outras nove moram há menos de 5 anos. Dezesete mulheres relataram ter morado em outros bairros de Ubatuba, antes de vir morar no Pé da Serra. O motivo foi quase sempre o mesmo, ou seja, não tinham condições financeiras para morar em outros bairros. Apenas duas mais jovens, com idades de 28 e 32 anos, disseram ter nascido no próprio bairro. A faixa etária dessas mulheres variou bastante, dos 24 aos 66 anos, tendo prevalecido a média entre os 40 anos.

A maioria, quinze mulheres, é casada ou vive em união estável; mora com o marido/companheiro; e, nunca trabalhou fora; três mulheres são separadas e também nunca trabalharam fora: uma recebe pensão do ex-marido que mora com “*ôtra na cidade*” e trabalha na Prefeitura; uma voltou com os dois filhos pequenos (4 e 6 anos) a morar com os pais depois que o marido foi embora pra São Paulo; e, a outra (diz que o ex-marido “*já deve de até tê morrido...sumiu... saiu e num volto... bebia que era uma lástima aquela coisa*”), mora com a filha de 25 anos que é deficiente física e, por isso, recebe uma cesta básica da Prefeitura e mais uma ajuda financeira pequena de R\$ 50 por mês, do filho mais velho que é “*casero*” de um sítio em São Luiz do Paraitinga. Outras duas mulheres que estão separadas moram sozinhas com os filhos, não têm emprego fixo, mas, trabalham fora “*sempre que dá*”, como ajudantes em quiosques na praia, faxineiras em casas de veraneio, vendedoras ambulantes, e outros biscates que “*aparecê[...] se num aparecê o jeito é pedí pra assistente social da Prefeitura que eles arranjam uma cesta de cumida, ropa, remédio...sei lá... a gente se vira...dá um jeito*”. Duas mulheres, apesar de jovens (55 e 43 anos) são viúvas e também nunca trabalharam fora: uma mora sozinha e recebe aposentadoria do ex-marido que “*trabaiô no DR, na construção da BR aí de Caraguá. Era motorista mais morreu moço... esmagado da máquina, coitado!*”; a outra (está com complicações vasculares sérias nas pernas devido à diabete) mora com mais quatro filhos menores (16; 14; 10 e 8 anos) num cômodo pequeno no lote do “*irmão do meu marido*” e recebe uma ajuda da Prefeitura.

No tocante à educação, percebeu-se que a quase totalidade frequentou a escola, mas, muitas não chegaram nem a concluir o quarto ano do Ensino Fundamental, sendo que uma das mulheres (caçara), apesar de alfabetizada (autodidata, por sinal), nunca frequentou a escola porque segundo seu relato:

“meu pai achava que mulher não precisava estudar, mais como eu gostava e era muito curiosa eu ficava prestando atenção no meu irmão, nos caderno e livro dele, e o que eu não sabia ficava perguntando pra ele, e ele dava risada de vê que tava aprendendo até mais que ele. Eu sempre fui muito curiosa... aprendi fazer tudo sozinha da minha cabeça...”

Contudo, foi gratificante constatar durante esta entrevista que havia sido esta mulher simples, hoje com 66 anos, quem teve a criatividade de desenvolver e adaptar a utilização de fitas de vídeo cassete à técnica do *crochê* proposta no Projeto Pé da Serra. Foi, também, através dos depoimentos desta senhora, que algumas hipóteses formuladas por este trabalho, sobre as razões que poderiam ter motivado o esvaziamento do Projeto Pé da Serra, começaram a obter respostas.

“[...] A minha filha via eu fazer crochê com a sacolinha de supermercado cortada em tirinha ... aí ela um dia tava voltando pra casa e viu aquela fitona preta esparramada pro chão e voando com o vento. Aí ela teve ideia de trazer pra eu tentar usar nas bolsas... enrolou num pauzinho assim e trouxe pra eu tentar e aí deu certo... ficou bom e todas começaram também fazer com esse material ... era um pouco mais duro mais as bolsas ficaram ainda mais bonitas... dava impressão de brilhava nela. Todo mundo gostou muito... elogiaram... levaram pra São Paulo pra mostrar na exposição, no museu e tudo. Na época vendeu bastante dela... teve loja chic dos shopping de São Paulo que comprou muita dessas bolsas pretas. Eles até começaram a mandar uns modelos... uns modelos sabe? que eles mesmo desenharam e pediam pra gente fazer. Fez muito sucesso essas bolsas... as duas tipos na verdade... na época nós vendemos muito dessas bolsas... daí todo mundo foi parar de fazer... umas encravava de lá outras de cá e assim foi todo mundo de ir no projeto e foi assim”

Na realidade, percebia-se no ar uma certa insatisfação, mas, por prevenção ou timidez, nenhuma das entrevistas anteriores tinha tocado no assunto de desavenças ou desentendimentos entre o grupo. Até então, limitavam-se em justificar suas saídas ou mesmo o esvaziamento do Projeto Pé da Serra, com respostas vagas e evasivas, argumentando sempre razões de saúde ou familiar. Nenhuma outra entrevistada havia, até aquele momento, manifestado desconforto com o que realmente havia acontecido.

Com base na teoria do *habitus*, verificou-se que a hipótese mais provável para essas desavenças residia no fato daquelas mulheres possuírem o que Bordieu (1982 apud BONNEWITZ, 2003) define como *habitus* distintos, estruturados a partir de estilos de vida

distintos, ou seja, diferentes convicções e crenças, relacionadas mais ao modo de vida do que, propriamente, ao nível de vida do indivíduo ou grupo.

Muito embora essas mulheres compartilhem carências e deficiências estruturais e financeiras semelhantes, a falta de bens simbólicos, como lugares e espaços compartilhados no bairro Pé da Serra, impede que haja um convívio comunitário entre seus moradores o que, por conseguinte, comprometeu a construção de sociabilidades cotidianas entre elas, levando-as a percepções distintas de uma mesma realidade.

“Quando alguém precisa de mim, pode chama que eu vô. Tô sempre pronta pra ajuda quem qué que seja. Mais se não chamá, fico queta aqui no meu canto. Num gosto de me metê na vida dos ôtro, porque tamém num gosto que se metam na minha e na dos meus fio. Mulhé separada a Sra. ainda vê como é, né? Se fica indo muito na casa dos ôtroou saíno por aí, é capaiiz ainda de ficá falada sem merecê”.

“Lá no projeto eu ajudei muito as que não sabiam fazê crochê ainda. Ensinei os ponto, os corte das bolsa. Ajudei bastante, a Dna via.[...] Depois que eu saí do projeto num falei mais cum nenhuma delas. Só encontro de veiz im quando minha prima que mora no Figuera que fazia as bolsas tamém. Muita mulhé do projeto nem sei direito onde mora. Vejo uma ou ôtra na escola das criança quando tem alguma reunião ou festinha”.

“Só sei quem mora aqui no bairro as pessoas que cruzo no ponto do ônibus ali na estrada, o resto quase nem vejo. Saio pôco da minha casa. Vô na Universal lá do Figuera. Minha cunhada mora lá. Eu tamém morava. Faiz poco tempo que moro aqui. Eu gosto mais de lá do que daqui, mais meu marido comprô esse lote, aí nós mais meus irmão que mora no Figuera construímo a casa e agora tamo aqui até quando Deus quisé, não é memo dona?!”.

Neste sentido, pode-se inferir que a capacitação ocupacional e o trabalho em grupo, propostos pelo Projeto Pé da Serra, não foram percebidos e interiorizados por elas como algo que pudesse repercutir em alguma melhoria na qualidade de vida do bairro.

Verificou-se que a convivência dessas mulheres na oficina de artesanato não conseguiu se estabelecer como uma nova instância socializadora, onde novos valores, como o trabalho em grupo, por exemplo, passassem a ser percebidos como algo importante para prover a subsistência e melhorar o bem-estar de todas naquele lugar.

Prevaleceram, por assim dizer, as atitudes emanadas do *habitus* individual de cada uma delas, estruturados nas instâncias socializadoras tradicionais que, neste caso, tratava-se basicamente da família.

De fato, sobre o surgimento das discordâncias e desavenças dentro do grupo, foi possível obter da diretora de projetos da Fundação Alavanca, que tudo começou a partir do segundo ano do projeto, em 2002, momento em que o mesmo começou a dar resultado, ou seja, quando a comercialização das bolsas aumentou passando, não só a gerar renda, como também, a exigir novas condutas e responsabilidades do grupo, o que coincidia com o depoimento daquela artesã:

“[...]Muitas daquelas mulheres seguravam muito a família só com a questão das bolsas... com o que elas produziam. Teve momentos que a gente conseguiu abrir o mercado em São Paulo... até a ‘Viva Vida’ que é aquela rede famosa de lojas comprou as bolsas... supermercado comprou uma quantidade grande de bolsas, 400 bolsas... aí a gente teve que dividir as tarefas, organizar o produto... toda parte de modelos... a produção, a elaboração dos custos e do preço, os prazos para as entregas, enfim, foi um trabalho bastante profundo e foi uma época que elas ganharam muito dinheiro.[...] Aí tinha alguém, por exemplo, que tomava conta do dinheiro, pegava os pedidos, enfim, a gente foi formando as lideranças dentro daquilo. Mas o fato de ter lideranças iguais a elas e perante elas, elas não reconhecem... daí entrava a fofoca e daí uma começava a disputar com a outra quem vendia mais. [...] aí começou a brigar com a outra por causa disso, porque como iguais, elas não aceitavam que existia alguma que pudesse entender melhor que a outra das coisas que precisavam ser feitas. Que uma era melhor para administrar que a outra. Elas na verdade só viam seu próprio umbigo, não eram unidas, elas só viam suas próprias necessidades. O que interessava pra elas era ter o dinheiro da bolsa, mas não entendiam que tinha os custos de produção também... fora as passagens de ônibus, ou os fretes..., enfim, os custos. Mas aqui as coisas sempre foram assim. Sempre me chamou a atenção que o mais importante para essas pessoas é a família e quando muito algum parente mais próximo. Mas, de um modo geral, as relações são bem nucleares em torno da família”.

Note-se que, os comportamentos relatados no depoimento acima, reforçam a questão de que a um nível de vida idêntico podem corresponder estilos de vida muito diferentes, ligados, segundo Bourdieu (1982 apud BONNEWITZ, 2003, p. 83) a *habitus* distintos, o que permitiu concluir que, naquela situação, uns e outros não compartilhavam os mesmos esquemas de percepção e ação, levando assim, a situações de conflitos e resistências dentro do projeto.

“Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...]; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão, gostos diferentes. Fazem diferenças entre o que é bom e o que é mau, entre o que é bem e o que é mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc... Mas não são os mesmos. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto a alguém, pretensioso ou exibicionista a outro, vulgar a um terceiro”.

À medida que os dados de campo foram sendo transcritos e analisados, tornou-se cada vez mais claro para este trabalho, que havia uma comprometedor fragilidade nos laços comunitários e, portanto, no processo de socialização entre os moradores do bairro Pé da Serra o que, certamente, deveria ter sido mais bem avaliado pela Fundação Alavanca antes de propor uma ação conjunta para aquela comunidade já que, como foi visto anteriormente, este tipo de deficiência põe em dúvida a sustentabilidade de qualquer ação voltada ao desenvolvimento local.

Desta forma, refletindo-se sobre o papel mediador do *habitus* entre os condicionamentos sociais exteriores, representados neste caso pelas ações propostas pela Fundação Alavanca, e a subjetividade dos sujeitos, no caso as percepções e opções manifestadas pelas artesãs, pode-se dizer que para o episódio do esvaziamento do Projeto Pé da Serra contribuiu, também, o que Bonnewitz (2003, p.89) define como um “descompasso do *habitus*” daquelas mulheres frente à nova situação que se apresentava naquele momento.

Retomando-se o foi enfatizado anteriormente neste trabalho, todo *habitus* é construído a partir de condicionamentos interiorizados numa situação social dada. Enquanto persistem as condições objetivas em que foi formado, este continua adaptado a essas condições e permite ao agente adotar práticas coerentes e ajustadas às diferentes situações que ele pode encontrar nos campos em que funciona habitualmente.

Mas, se as condições objetivas se modificam, sua tendência inercial o impede de modificar-se da mesma maneira. Em situações como esta, produz-se uma defasagem do *habitus* antigo em relação às condições novas, e essa defasagem se traduz, no agente, por práticas pouco ou não adaptadas.

“[...] ele comete ‘inabilidades’, ‘enganos’, ‘trapalhadas’; faz ou diz coisas ‘inconvenientes’, isto é, adota práticas que correspondiam anteriormente ao lugar que ele ocupava no sistema de posições no qual se constituiu o seu *habitus*, mas que não correspondem ao lugar que ele ocupa agora num sistema novo ou modificado” (BONNEWITZ, 2003, p. 89).

Verificou-se, portanto, que do descompasso entre os *habitus* individuais das mulheres do Projeto Pé da Serra, assim como também, entre os *habitus* de classe delas e dos investidores sociais da Fundação Alavanca, brotaram sentimentos múltiplos de incompreensão que, por sua vez, geraram os episódios de imediatismo, conflito e competição, justificando em grande parte a insustentabilidade da ação de capacitação ocupacional proposta como estratégia de desenvolvimento local para aquela comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apresentados por este trabalho servem para demonstrar que não haverá um desenvolvimento efetivamente local, nem tão pouco sustentável, enquanto as práticas sociais continuarem sendo pensadas unilateralmente, respondendo apenas, às representações de fora para dentro ou de cima para baixo.

Eles também enfatizam que os objetivos da sustentabilidade ambiental, da equidade entre gêneros, da erradicação da pobreza, do respeito aos direitos humanos, do pleno emprego e da integração social, não constituem uma realização linear, como pode pretender o texto da Agenda 21, mas sim, um processo complexo envolvendo conflito e cooperação local, nacional, regional e global, e uma variedade de atores, como governos, organismos internacionais, entidades empresariais e organizações cidadãs.

Reforça-se a idéia de que as ações de inserção social ou de empoderamento, como queiram designar as atuais agendas de desenvolvimento, precisam ser colocadas muito além da mera tentativa para evitar que os pobres se afundem ainda mais na miséria agravando, assim, a deterioração da natureza.

Sob esta ótica, admite-se neste trabalho que a subjetividade e o diálogo sobre a qualidade e a formulação de políticas devem ser estendidos a todos os afetados pela questão, conformando o que a ciência pós-normal denomina de *comunidade ampliada dos pares*.

Dentro desta perspectiva, os chamados Novos Movimentos Sociais são aqui apresentados como uma nova instância socializadora, fruto da construção de uma nova cultura cívica e política que se expressa pela mudança nos valores e orientações que, hoje, informam e fundamentam a ação social. São eles os signatários de uma maior pluralidade social, tanto na vida dos grupos e organizações sociais, como na ação orientada para a esfera pública.

Não obstante, adverte-se que a emergência do sujeito coletivo depende que os membros de uma comunidade possam perceber suas origens comuns, seus significados e representações e, assim sendo, sua partilha de destinos.

Atenta-se para o fato de que o que parece simples na teoria é um agenciamento complexo na prática e que, os sentimentos de grupo, não se constroem com a simples mobilização de pessoas, agrupamentos de subgrupos e verbalizações didáticas da necessidade do coletivo.

Neste particular, a reflexão do conceito do *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu, trouxe para este trabalho uma contribuição inestimável para um melhor entendimento da lógica de funcionamento da sociedade.

Demonstrou-se através dele que pessoas e comunidades não se resumem às suas necessidades e carências, estas, são apenas parte dos seus contextos daí, portanto, a necessidade de analisar não só a posição dos agentes, mas também, a trajetória que os levou a ocupar essa ou aquela posição.

Como referencial teórico do trabalho de campo, a teoria de Bourdieu permitiu identificar e compreender o papel do *habitus* na mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos, o que nos auxilia a pensar nos limites e potencialidades das ações de inserção social que, atualmente, estão sendo propostas no âmbito do novo paradigma do desenvolvimento local sustentável. Por meio dela, constatou-se que mais do que simples ator social, todo indivíduo é um agente social e que, portanto, age e é agido, ou seja, tanto exterioriza a interioridade de que é constituído, como interioriza a exterioridade que lhe é apresentada.

Em síntese, considera-se neste trabalho que o conceito do *habitus* acrescenta uma importante contribuição no planejamento e na elaboração de práticas sociais sustentáveis, na medida em que permite inferir que há uma razão imanente às práticas, e que estas, não têm a sua origem em determinações exteriores aos agentes, nem tão pouco, na busca de interesses econômicos simplesmente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sociedade civil, democracia e governabilidade. In: RATTNER, H.(Org.). **Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000. p.85-94. (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos, 2)

AFONSO, C.M. **Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental**. São Paulo: Annablume: FAPESP,1999. 186p.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: Ufla, 1999. 125p.

AQUINO, R.S.L. de; VIEIRA, F.A.da C. V.; AGOSTINO, C.G.W.; ROEDEL, H. **Sociedade brasileira: uma história dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 924 p.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partidas. **Revista Administração On-Line**, Fecap, São Paulo, v.1, n.4, out./nov./dez. 2000. Disponível em:<http://www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm>. Acesso em: 9 nov. 2005.

BARROS, L.M.O.; MARINO, F.A. Águas que constroem a história do Parque Estadual da Ilha Anchieta. Instituto de Pesca et al. , [200-]. 1 folder.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997. 178p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. 335p.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução Luy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 149p.

BORN, R. H. Agenda 21 brasileira: instrumento e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, A. (Org.) **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. cap. 4, p. 79-97.

BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, alterada pela Lei nº 11.132 de 4 de julho de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.985 que regulamenta o art. 225, par. 1º, incisos i, ii, iii e vii da Constituição Federal, institui o sistema nacional de unidades de conservação da natureza e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>> . Acesso em: 11 de jul. de 2005.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 6.766, de 20 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 9.785 de 29 de janeiro de 1999, que altera os parágrafos. 2 a 6 do art. 2; art. 3; inc. I e parágrafo. 1 do art. 4; parágrafo. único art. 7; art. 8; par. 3 art. 9; arts. 10 e 11; par. único art. 12; arts. 13; 16; 18; parágrafos. 3 a 6 do art. 26; par. 5 do art. 40; par. único do art. 43; par. único, inc. II do art. 50; par. único do art. 51; e art. 53-a.; e Lei nº 10.932 de 3 de agosto de 2004, que altera o inciso iii do art. 4º e acresce par. 3º ao art. 4º. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 de jun. de 2005.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 de jun. 2004.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto Federal nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. Âmbito: Belo Horizonte. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. **CODEX** Coletânea de legislação. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/dec_750.html>. Acesso em 14 de set. de 2003.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 168p.

BRASIL. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei Ordinária nº 7.661 de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 abril 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**: bases para discussão. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 23 jan.2001.

BRIOSCHI, L. L. R.; TRIGO, M. H. B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 39, n. 7, p. 631-637, Jul. 1987.

BRITO, M.C. de. **Elaboração participativa de uma agenda XXI da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba**. 2000. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de concentração: Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

BUARQUE, C.; VAINSENER, S. A. ONGs no Brasil e a questão de gênero. In: **Trabalhos para discussão**, n. 123/2001, Novembro-2001. Disponível em: <<http://www.apipucos.fundaj.gov.br/tpd/>>. Acesso em: 15 de jun. 2002.

BUCHIANERI, V. C. **Geração da série histórica de vazão por meio do modelo SMAP:** subsídio para o plano de manejo da bacia do rio Grande de Ubatuba. 2004. 105p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

CACCIA BAVA, S. Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local: uma discussão sobre contextos e conceitos. In: **II Foro Temático Regional: GOVERNABILIDAD PARA EL EMPODERAMIENTO DE LOS POBRES.** Lima- Peru, del 30 de octubre al 1ro. de noviembre de 2002. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/foros/sdadcivil/web/contexto.htm-90k->>. Acesso em: 17 fev. 2006.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.; OLIVEIRA, J. A. P. Os desafios da sustentabilidade no período pós-Rio-92: uma avaliação da situação brasileira. In: _____ (Org.). **Meio ambiente Brasil:** avanços e obstáculos pós- Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. pt 1, p. 21-42.

CARVALHO, F. P. Novos Paradigmas Hídricos. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**, 1998, Gramado, RS. Disponível em <www.ufrgs.br/iph/simposio>. Acesso em 03 abril 2002.

CASTRO, D. MAC-D. L. de; BRUNA, G. C. **Ubatuba:** ocupação do solo e planejamento territorial. Disponível em: <<http://www.eco2000.com.br/ecoviagem/ecoestudos/pdf/Planejamento-Territorial.pdf>> . Acesso em: 4 maio 2004.

CAVALCANTE, L.O. H; FERRARO JUNIOR, L.A. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável: relato de experiência do programa Comunidade Ativa. In: **Educação e Sociedade [on-line]**, Campinas, v.23, n. 81, p.161-190 dez .2002. Disponível na Word Wide Web:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100009&Ing=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acesso em 26 jan. 2006.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. Portal do Governo do Estado de São Paulo. **Água.** Disponível em <http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/agua_geral.asp>. Acesso em 11 jul.2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1.991. 488p.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TURISMO DE UBATUBA. Disponível em: <<http://www.litoralvirtual.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2003.

CORRAL, T. Agenda social. In: PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. PROJETO PNUD-BRA/98/017: **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI:** relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora , 2000. pt 1, p.37 -108.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 6. ed. Campinas:Autores Associados, 1999. 102p. (Coleção polêmica do nosso tempo; 25)

DER. Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Secretaria dos Transportes. **Malha rodoviária**. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/vder/_malha/historico_rodovias.asp#>. Acesso em: 12 jun. 2005.

FAVERO, C. A. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. **Informe GEPEC**, Cascavel, v.7, n.2, p.7-39, jul./dez. 2003.

FERREIRA, L. Agenda de desenvolvimento sustentável. In: PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. PROJETO PNUD-BRA/98/017: **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI**: relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2000. pt 3, p. 203-221.

FONTES, B. A. S-M. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. In: **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n. 1, p. 159-189, abril 2003.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e sociedade [online]**. jul./dez. 2001, no.9, p.115-148. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000900007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-753X. Acesso em: 18 jan. 2006.

GAMA, A M. C. F. Planejamento e Gestão Ambiental para a Bacia do Rio Pirapama, **Simpósio Internacional Sobre Gestão de Recursos Hídricos**. Gramado, RS, 1998. Disponível em: <www.ufrgs.br/iph/simposio>. Acesso em: 03 abril 2002.

GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 383p.

IANNI, O. Polarização da cultura política. In: RATTNER, H.(Org.). **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. pt 2, cap. 1, p. 97-104. (Coleção Estante USP- Brasil 500 Anos)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 08 jun. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos da unidade de gerenciamento dos recursos hídricos do litoral norte**. Ubatuba: Comitê de bacias hidrográficas do litoral norte, 2000. 1 CD-ROM.

LIMA JUNIOR, J. B. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2001. 176p.

LEROY, J-P; ACSELRAD, H. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATTNER, H. (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000, pt 3, cap. 1, p.183-210. (Coleção Estante USP-Brasil 500 Anos)

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204p.

MELGAÇO, L. de M.; PINTO, R. A; ARAKI, R.; CAMARGO JR., W. V.P. Segregação sócio-espacial: a materialização espacial da desigualdade. In: SEMINÁRIO APRESENTADO NO CURSO DE GEOGRAFIA - DISCIPLINA DE MEIO AMBIENTE URBANO – Campinas: Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas, 2002. 1 folder

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Fritjof Capra defende transversalidade nas políticas públicas**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.ecosust.org.br/textos/index.htm>> . Acesso em 12 jul. 2005.

MIRANDA, E. E. de. (Coord.). **Brasil em relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001. 306p.

MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano**. 8. ed. Colaboração de A. V.Crespo; F G. Castello; G. A. de Oliveira. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. 240p. (Coleção Administração e Negócios)

NEUMANN, L. T. V.; NEUMANN, R. A. **Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário**. São Paulo: Ed.Global; IDIS –Instituto para o Desenvolvimento Social, 2004. – (Coleção Investimento Social/coordenação Inês Mindlin Lafer) 111p.

NRIDALH. Núcleo de Recepção e Informação de Dados Ambientais do Litoral Norte. **Ubatuba**. Disponível em: < <http://cptec.inpe.br/NRIDALH/ubatuba.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2006.

O PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/download/dima_gepam/Plano%20Nacional.doc>. Acesso em: 8 jul. 2004.

OLIVEIRA, E. V. de. Agenda Social. In: PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. PROJETO PNUD-BRA/98/017: **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI: relatório final**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora , 2000. pt 4 , p. 295-332.

ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003. 172p.

OSÓRIO, C.H. ; PINZÓN, R. Gestão ambiental para o desenvolvimento local. In: SÉRIE CADERNOS TÉCNICOS DO PROJETO BNDES – DESENVOLVIMENTO LOCAL – COOPERAÇÃO TÉCNICA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), 1999. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentolocal.org.br/imagens/mapeamento/PDL187.doc>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

PAULA, J. de. Uma agenda para o Brasil. In: PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. PROJETO PNUD-BRA/98/017: **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI**: relatório final. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora , 2000. pt. 4, p.283-294.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. 192p.

PNUD/RDH-2000. RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. Artigo 380 – resumo, 18p. Disponível em <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em 23 fev. 2003.

QUEIRÓZ, M.I.P. DE. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1991. 134p.

RATTNER, H. Prefácio. In: _____(Org.). **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Edusp, 2000, prefácio, p.11-18. (Coleção Estante USP – Brasil 500 Anos , 2)

ROQUE, A. Esperanças quebradas. **Biblioteca das Alternativas**. 10 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=atila_port>. Acesso em: 14 maio 2003.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. Tradução de Luiz Leite de Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986. 224p.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993. 104p.

SANTILLI, M.; CARVALHO, G.; NEPSTAD, D. O Brasil e as mudanças climáticas globais. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. (Org.). **Meio ambiente Brasil**: avanços e obstáculos pós-Rio92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. cap. 2, p.57-68.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Lei Estadual nº 10.019, de 3 de julho de 1998**. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <<http://www.ambiente.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Decreto Estadual nº 49.215, de 7 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/ger_costeiro/Decreto_Est_49215_Macro_dez_2004.doc>. Acesso em: 15 set. 2005.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal do Governo do Estado de São Paulo **Perfil municipal**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php?loc=554>>. Acesso em: 10 jul.2006.

SETTON, M.da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.20, p. 60-70, mai/jun/jul/ago 2002.

SETUR. Secretaria de Turismo do Município de Ubatuba. Disponível em: <<http://www.ubatuba.gov.br/setur>>. Acesso em 3 ago. 2005.

SILVA JR, I.S. da. Do desenvolvimento humano ao desenvolvimento sustentável: análise dos conteúdos jurídicos e filosóficos dos conceitos do direito ao desenvolvimento e do direito do desenvolvimento. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2493>>. Acesso em: 05 jul. 2006.

SILVEIRA, D. ; CRESPO, S. Agenda de desenvolvimento sustentável. In: PROGRAMA REGIONAL DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. PROJETO PNUD-BRA/98/017. **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI**: relatório final. Brasília: Athalaia , 2000. pt. 3. p. 223-279.

SHERER-WAREN, I.; ROSSIAUD, J. **Democratização em Florianópolis**: resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí, Ed. Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999. 198p.

_____ Movimentos sociais e participação. In: SPOSATI, A.; SAWAIA, B. B.; DALLARI, D. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**.SORRENTINO, M. (Cood.). São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

STROH, P.Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTE, C. (Org) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. pt.2 cap.15 p. 276-292.

UBATUBA. Lei Municipal nº 711 de 14 de fevereiro de 1984. Dispõe sobre o Plano Diretor Físico do Município. **Ubatuba**: Prefeitura Municipal de Ubatuba, 1984.

UNESCO. COMISSÃO MUNDIAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Nossa diversidade criadora**. Brasília:Unesco Brasil; Papiros, 1.997. 416p.

VALEVERDE. Associação de Defesa do Meio Ambiente. Litoral norte. Disponível em: <<http://www.valeverde.org.br/html/lito.php>>. Acesso em: 8 jun. 2006.

VERÍSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M.; ALVAREZ, J. M. **Vida urbana:** a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 230p.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J. ; VIEIRA, P.F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. p.73-102. (Coleção Momento)

VIZENTINI, P. F. **Relações internacionais do Brasil:** de Vargas a Lula. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p. (Coleção História do povo brasileiro)

YÁZIGI, E. **Turismo:** uma esperança condicional. 2. ed. São Paulo: Global,1999. 190p. (Global Universitária)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)